



LETÍCIA OLIVEIRA BATISTA

MULHERES E AUTORITARISMO EM RUANDA NO PÓS-GENOCÍDIO

JOÃO PESSOA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA OLIVEIRA BATISTA

Mulheres e autoritarismo em Ruanda no pós-genocídio

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Mojana Vargas Correia da Silva

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333m Batista, Leticia Oliveira.

Mulheres e Autoritarismo em Ruanda no Pós-Genocídio /
Leticia Oliveira Batista. - João Pessoa, 2019.
77 f.

Orientação: Mojana Silva.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Ruanda. 2. Mulheres. 3. Autoritarismo. 4. Igualdade
de gênero. 5. RPF. I. Silva, Mojana. II. Título.

UFPB/CCSA

**Gerada pelo Catalogar – Sistema de geração automática de ficha catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pela autora.**

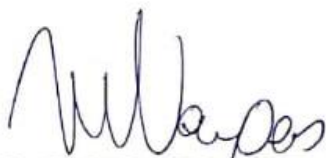
LETÍCIA OLIVEIRA BATISTA

MULHERES E AUTORITARISMO EM RUANDA NO PÓS-GENOCÍDIO

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 30/09/2019

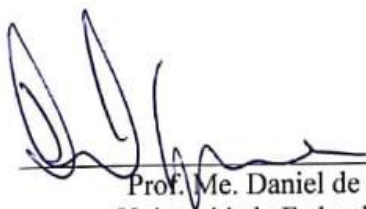
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Mojana Vargas Correia da Silva – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

Este trabalho demonstra a culminância dos maiores aprendizados que tive na graduação, refletindo uma evolução pessoal de visão crítica sobre o mundo e as relações de poder nele contidas, a partir da clareza do meu papel como internacionalista. A graduação foi um período de muitos altos e baixos, mas extremamente transformador na minha vida. Escrevo este, como uma mulher mais madura, que durante esta jornada aprendeu a ter paciência, determinação, resiliência, humildade e leveza com a vida. Porém, a minha evolução durante esse período e a realização deste trabalho não teria sido possível sem a contribuição de pessoas que tiveram um grande papel na minha jornada.

Agradeço ao corpo de docentes do Departamento de Relações Internacionais da UFPB. O trabalho que vocês desempenham, não é de qualquer departamento, vocês realmente dão o seu melhor diariamente para formar os melhores internacionalistas e isso faz toda a diferença. Agradeço às professoras, como Mariana Baccarini, Liliana Froio e Xaman Korai, que são um exemplo para mim de como as mulheres podem ser excelentes no que fazem e revolucionar através da educação. Em especial, Xaman Korai, uma mulher guerreira com quem pude ter o prazer de assistir algumas das aulas mais incríveis e que me deu inspiração para o meu tema, ao mostrar a força dos estudos feministas e africanos em suas publicações. Agradeço também à minha orientadora Mojana Vargas, por acreditar no meu tema e ter tornado esta pesquisa possível.

Agradeço a minha família, meus três irmãos e minha irmãzinha pequena, por quem tenho um amor enorme. Em especial, ao meu pai e a minha mãe, que sempre me deram amor, suporte e foram os melhores exemplos que eu poderia ter durante toda a minha vida. Vocês foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir essa fase, pois sem os seus conselhos sábios, talvez eu não estivesse aqui hoje concluindo o curso de Relações Internacionais. Se eu sou quem sou hoje, foi por causa de vocês.

Aos meus amigos, em especial as minhas meninas, vocês foram a força e a leveza dos meus dias no curso de Relações Internacionais. Para além dos muros da universidade, vocês se tornaram um porto seguro para mim. Foram mais de 4 anos de muita história para contar, de brincadeiras, de crises, de ninguém solta a mão de ninguém, de amizade, de amor. Das risadas às situações mais sérias, vocês fizeram essa experiência valer a pena. Foi especial por causa de vocês.

À minhas amigas de longas datas, pois mais que as vezes estejamos distantes, eu fico muito feliz de poder ter a certeza de que em qualquer momento que nos encontramos de novo, a amizade e o companheirismo são os mesmos, fico muito feliz de ver cada uma crescendo e amadurecendo, tomando rumos inimagináveis, que venham mais muitos anos. Agradeço em especial à Débora, que me deu um suporte incrível durante esse trabalho.

Por fim, agradeço ao meu amor. Obrigada por ter estado ao meu lado todo esse tempo, me dando todos os dias forças para ser a melhor versão de mim. Você me mostrou um carinho e amor que eu não sabia que existiam. Você me proporcionou a beleza de momentos inexplicáveis. Você me mostrou como é estar ao lado de alguém com quem você quer dividir uma vida, e agradeço todos os dias por poder compartilhá-la contigo.

“Stories matter. Many stories matter. Stories have been used to dispossess and to malign, but stories can also be used to empower and to humanize. Stories can break the dignity of a people, but stories can also repair that broken dignity. (...) How [stories] are told, who tells them, when they are told, how many stories are told — are really dependent on power. (...) When we reject the single story, when we realize that there is never a single story about any place, we regain a kind of paradise“

(Chimamanda Ngozi Adichie, 2009)

RESUMO

Ruanda lidera o ranking mundial em quantidade de mulheres no parlamento e tem a distinção de ser o único país com mais deputadas do que deputados. Entretanto, essa inclusão das mulheres se apresenta como um paradoxo em um país que mantém um partido autoritário no poder a quase 20 anos. A partir dessa contradição, o presente estudo busca compreender como as dinâmicas de inserção das mulheres na política e na economia se correlacionam com a existência de um governo autoritário em Ruanda no pós-genocídio. Para isso, o presente estudo se propõe a analisar se e como a inserção das mulheres na política e na economia contribuíram para manter um governo autoritário em Ruanda após o genocídio. Em termos mais específicos, busca-se compreender a ascensão do RPF ao poder e o seu caráter autoritário, como também analisar a inserção econômica e política das mulheres ruandesas no pós-genocídio. Esta monografia se configura como uma pesquisa de método qualitativo e exploratório, realizada através de revisão bibliográfica. Foram utilizados como instrumentos de análise, documentos e textos das mais variadas instituições, assim como notícias para a ilustração do tema, que dialoga com estudos de história africana, gênero, democracia, desenvolvimento e suas relações com a comunidade internacional. A partir deste estudo, foi possível observar que a imagem do RPF como promotor da igualdade de gênero foi construída e apropriada para atingir os interesses de dominação do partido. Um dos maiores benefícios identificados dessa imagem para o partido foi uma maior tolerância da comunidade internacional para as ações autoritárias do RPF, o que possibilitou a legitimação do partido e a sua manutenção em Ruanda.

Palavras-chave: Ruanda. Autoritarismo. Mulheres. Igualdade de gênero. RPF.

ABSTRACT

Rwanda leads the world ranking of women in parliament and has the distinction of being the only country with more female than male deputies. However, this inclusion of women presents itself as a paradox in a country that has held an authoritarian party in power for nearly 20 years. By observing this contradiction, this study seeks to understand how the dynamics of women's insertion in politics and economics correlate with the existence of an authoritarian government in Rwanda post-genocide. To this end, the present study proposes to analyze if and how this inclusion of women in politics and economy contributed to maintain an authoritarian government in Rwanda after genocide. In specific, this study seeks to understand the rise of the RPF to power and its authoritarian character, as well as analyze the economic and political inclusion of Rwandan women in post-genocide. This monograph configures as a research of qualitative and exploratory method, performed through literature review. As instruments of analysis, were used documents and texts of the most varied institutions, as well as news for illustration. The theme of this research dialogues with studies of African history, gender, democracy, development and its relations with the international community. From this study, it was possible to conclude that the image of the RPF as a promoter of gender equality was built to reach the party domination interests. One of the party's greatest benefits achieved by this image was a greater tolerance by the international community to the authoritarian actions of the RPF, which enabled the legitimization of the party and its maintenance in Rwanda.

Key words: Rwanda. Authoritarianism. Women. Gender equality. RPF.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EDPRS	Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Redução da Pobreza
FAR	Forças Armadas Ruandesas
FRONASA	Frente de Salvação Nacional
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IPU	<i>Inter-Parliamentary Union</i>
MIFAPROFE	Ministério de Promoção da Família e da Mulher
MIGEFASO	Ministério de Gênero, Família e Assuntos Sociais
MIGEPROF	Ministério de Promoção do Gênero e da Mulher
MINECOFIN	Ministério das Finanças e Planejamento Econômico
MRND	Movimento Republicano Nacional pelo Desenvolvimento
MSF	Médicos sem Fronteiras
NISR	National Institute of Statistics of Rwanda
NRA	Exército de Resistência Nacional
NRM	Movimento de Resistência Nacional
OLL	Lei Orgânica de Terras
ONU	Organização das Nações Unidas
PARMEHUTU	<i>Parti du Mouvement de l'Emancipation Hutu</i>
PNUD/UNDP	Programa de Desenvolvimento da ONU
RANU	Aliança Ruandesa para a Unidade Nacional
RPA	Exército Patriótico de Ruanda
RPF	Frente Patriótica Ruandesa
RRWF	Associação de Bem-estar dos Refugiados de Ruanda
UNAR	União Nacional Ruandesa
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNSC	Conselho de Segurança das Nações Unidas
UPC	Congresso Popular de Uganda
USCRI	Comitê dos EUA para Refugiados e Imigrantes
USDOS	Departamento de Estado dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O GENOCÍDIO, A ASCENSÃO DO RPF E O AUTORITARISMO NO PÓS-GENOCÍDIO	14
1.1 HISTÓRICO DO CONFLITO	14
1.2 O EXÍLIO.....	16
1.3 BANYARWANDA EM UGANDA.....	17
1.4 A FORMAÇÃO DO RPF	22
1.5 O CONFLITO	25
1.6 O GOVERNO DE TRANSIÇÃO	29
1.7 O GOVERNO DE PAUL KAGAME.....	31
1.8 AUTORITARISMO EM RUANDA.....	32
2 HISTÓRICO DA INSERÇÃO DE MULHERES E A PERSPECTIVA ECONÔMICA.....	34
2.1 O HISTÓRICO DAS MULHERES NA POLÍTICA E NA ECONOMIA RUANDESA	34
2.2 AS MULHERES E O RPF	36
2.3 AS RUANDESAS NO PÓS-GENOCÍDIO	39
2.4 INSERÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS	42
2.5 OBJETIVOS ECONÔMICOS VERSUS IGUALDADE DE GÊNERO	46
2.6 DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO: A ESTRATÉGIA DO RPF	49
3 INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	51
3.1 ACESSO: MIGEPROF E CONSELHO DE MULHERES	52
3.2 PRESENÇA: COTAS POLÍTICAS.....	54
3.2.1 Cotas de cargos políticos para mulheres	54
3.2.2 Desafios para a representação feminina na política.....	57
3.3 INFLUÊNCIA? LIMITAÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PELO RPF	58
3.3.1 Perda de liderança da sociedade civil.....	59
3.3.2 Apropriação da representação das mulheres para a legitimação da agenda do RPF	60
3.4 MULHERES NA OPOSIÇÃO.....	62
3.5 TOLERÂNCIA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, os esforços para aumentar a participação política das mulheres mostraram avanços nas últimas três décadas. Especialmente na África, alguns especialistas (ex.: TRIPP, 2001; WALBY, 2005; POWLEY, 2003) afirmam que as mulheres são fundamentais para a nova geração de políticos que oferecem oportunidade para a democracia e os números apontam que neste continente elas estão participando cada vez mais dos órgãos de tomada de decisão¹.

O país central da análise deste trabalho, Ruanda, lidera o ranking mundial em quantidade de mulheres no parlamento e tem a distinção de ser o único país com mais deputadas do que deputados. O fato de que o país conseguiu atingir o número de 61.25% de mulheres em seu parlamento é uma situação inédita. Na média mundial, as mulheres ainda representam menos de um quarto (21,9%) de todos os assentos parlamentares eleitos (IPU, 2019). Aliada à inserção política, o desenvolvimento econômico das mulheres também se mostrou de alto interesse para o governo de Ruanda, que após o genocídio aprovou leis para permitir a posse e herança de terras para mulheres, além de incluí-las em políticas nacionais de desenvolvimento econômico.

Entretanto, essa inclusão das mulheres se apresenta como um paradoxo em um país que tem um presidente que está a quase 20 anos no poder, representante de um partido que apresenta diversas inclinações autoritárias. Para compreender essa relação, o presente estudo busca compreender como as dinâmicas de inserção das mulheres na política e na economia se correlacionam com a existência de um governo autoritário em Ruanda no pós-genocídio.

Esse estudo se faz necessário para ampliar a visão crítica sobre os assuntos de gênero, democracia e desenvolvimento na comunidade internacional, pois mesmo em temas tidos como benéficos para a população à primeira vista, o analista de relações internacionais possui um papel crucial na observância das entrelinhas desses discursos para compreender as relações de poder e controle contidas neles. As histórias geralmente são contadas a partir dos vencedores e dos detentores de poder, porém não existe apenas uma versão da história e parte do papel de internacionalista é compreender as diferentes visões sobre ela. A partir dessa perspectiva, o caso de Ruanda se torna especialmente interessante, exatamente por ser um país cheio de contradições.

¹ Estatísticas mundiais de mulheres no parlamento de 1997 a 2019 (IPU, 2019) disponíveis em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/world-arc.htm>.

O país que ganhou notoriedade internacional ao se tornar o país com a maior quantidade do mundo de mulheres no parlamento, é o mesmo país que apresenta uma cultura patriarcal que ainda hoje subjuga as ruandesas de diversas formas. Assim como, o partido dos heróis nacionais que livraram o país do genocídio, é também acusado de oprimir a liberdade e os direitos da população. E, por mais que exista uma bibliografia considerável analisando essas visões de forma individual, existem poucos estudos voltados para a compreensão de como essas contradições estão correlacionadas em um mesmo país e como se relacionam com a comunidade internacional.

Por isso, o presente estudo se propõe a analisar se e como a inserção das mulheres na política e na economia contribuíram para manter um governo autoritário em Ruanda após o genocídio. Para atingir uma compreensão sobre o objetivo geral, em termos mais específicos, busca-se (1) compreender a ascensão do RPF ao poder e o seu caráter autoritário; (2) analisar a inserção econômica das mulheres ruandesas no pós-genocídio; como também, (3) analisar a natureza da inserção destas na política.

A partir dos objetivos deste estudo é possível inferir algumas hipóteses, como que o discurso do RPF como promotor da igualdade de gênero, foi construído e apropriado para atingir os interesses do partido. Um dos benefícios dessa promoção da igualdade de gênero seria uma maior tolerância da comunidade internacional na perpetuação do regime autoritário do RPF em Ruanda. Por sua vez, essa tolerância seria obtida pela associação da inserção das mulheres ruandesas na economia com uma visão desenvolvimentista do governo para captar recursos internacionais, como também, uma correlação da inserção das mulheres na política como reflexo de uma governança democrática.

Para analisar a aplicabilidade dessas hipóteses, este estudo se configura como uma pesquisa de método qualitativo e exploratório, realizada através de revisão bibliográfica. Além disso, este estudo realiza uma análise histórico-descritiva da formação do RPF para uma melhor compreensão das dinâmicas étnicas e de poder do partido e da sociedade ruandesa. Foram utilizados como instrumentos de análise, documentos e textos das mais variadas instituições, assim como notícias para a ilustração do tema, que dialogam com estudos de história africana, gênero, democracia, desenvolvimento e suas relações com a comunidade internacional.

No primeiro capítulo, as relações de conflito de Ruanda e a história de formação do RPF serão retratadas para explicitar as relações de poder e étnicas entre hutus e tutsis, as motivações para a criação do partido e as influências externas durante esse período, que tiveram um impacto na formação dos seus princípios, estratégias e formas de agir. Essas influências estão

diretamente correlacionadas com a postura do RPF atualmente, que apresenta uma estrutura hierarquizada e características autoritárias, advindas de um passado militar. Além disso, a experiência ugandesa sobre a dinâmica do NRM com as mulheres, facilitou a inclusão de mulheres no RPF e, posteriormente, uma maior inserção das mulheres na política e na economia ruandesa.

Já os capítulos seguintes analisam como os discursos de democracia e inclusão do RPF foram construídos e apropriados para servir aos interesses de dominação do partido, que inclui a conquista da tolerância da comunidade internacional para legitimar a perpetuação do seu regime autoritário. Dentro dessa perspectiva, as mulheres foram escolhidas como recorte analítico deste estudo, em que a sua inserção na política e na economia serão analisadas para compreender como essa inclusão foi apropriada sob uma ótica de dominação do RPF, sendo a inserção econômica descrita no segundo capítulo e a política no terceiro capítulo.

1 O genocídio, a ascensão do RPF e o autoritarismo no pós-genocídio

1.1 Histórico do Conflito

Sendo considerado um dos conflitos mais violentos na história, o genocídio em Ruanda caracterizou-se por uma disputa étnica entre extremistas hutus² e tutsis que culminou na morte de cerca de 800 mil pessoas em apenas cem dias. Tal rivalidade iniciou-se no período de feudalismo no país e foi aprofundada pelo seu processo de colonização, em que, segundo Jason Clay (1984), qualquer benevolência ou auto-restrição existente nas relações tradicionais entre hutus e tutsis deram lugar a um sistema voltado quase exclusivamente para a exploração do campesinato hutu.

Ao passo que a metrópole belga atribuía ao grupo minoritário de tutsis grande parte dos cargos de liderança, a maioria hutu ficava marginalizada, a mercê de seus comandos. Para Gérard Prunier (1998), essa competição foi artificialmente exacerbada pelos belgas em uma tentativa de exercer melhor controle sobre a região através de um sistema de castas sociais. Em quase meio século de colonização, essa região tornou-se um campo minado.

A partir da década de 1950 uma série de eventos inverteram a polarização do poder entre tutsis e hutus. No período da Guerra Fria, ao suspeitar de ligações de alguns tutsis com a esquerda comunista e por temer que os hutus se rebelassem - motivados pela onda de independência que estava ocorrendo na África naquele momento³ - a Bélgica passou a favorecer os últimos em relação aos primeiros (WATSON, 1991). Prunier (1998) corrobora esses indícios ao afirmar que essa mudança de apoio resultou em um sentimento de traição por parte dos tutsis com a liderança belga. Com isso, os hutus passaram a ter mais direitos no país.

Em julho de 1959, o rei Mutara III morreu misteriosamente em Bujumbura, sem descendentes. Em seu lugar assumiu o seu irmão mais novo, Jean-Baptiste Ndahindurwa pelo nome de Kigeli V, porém a sua inexperiência diante da iminente crise no país o forçou a fugir posteriormente para a África Oriental (PRUNIER, 1998). Em agosto do mesmo ano, o partido União Nacional Ruandesa (UNAR) foi formado. O primeiro partido político de Ruanda incluiu

² Importante frisar que parte dos hutus moderados também foram perseguidos por não concordarem com a perseguição dos hutus mais extremistas.

³ De 1956 até a independência de Ruanda em 1 de julho de 1962, mais de 20 países africanos se tornaram independentes, incluindo países vizinhos, como Zaire e Tanzânia.

alguns hutus, mas suas inclinações políticas eram militantemente pró-monarquia, pró Tutsi e anti-belga. Em contrapartida, em outubro de 1959 foi formado o Parti du Mouvement de l'Emancipation Hutu (PARMEHUTU), um partido totalmente hutu, o que aumentou as tensões étnicas já existentes. (WATSON, 1991)

Em 1º de novembro, ativistas da UNAR atacaram um subchefe do PARMEHUTU e, em resposta, os hutus atacaram um chefe tutsi que pertencia ao UNAR. A partir daí a violência se instalou em Ruanda, hutus incendiaram milhares de cabanas de civis tutsis e estes revidaram, matando pessoas-chave na liderança do partido hutu. Centenas de pessoas morreram e milhares fugiram do país, atingindo o número de 22.000 refugiados em países vizinhos em abril de 1960. (WATSON, 1991)

Em meio ao caos, a Bélgica assumiu a perda de controle da situação ao abrir mão do controle colonial e sugeriu a ideia da independência de Ruanda em 11 de novembro de 1959. Mesmo em um ambiente de insegurança, a primeira eleição local foi realizada entre 26 de junho e 30 de julho de 1960 e contou com uma vitória dominante do PARMEHUTU. Em 28 de janeiro de 1961, autoridades belgas e ruandesas se reuniram em Gitarama para definir a abolição da monarquia e declarar o início da República de Ruanda. (WATSON, 1991; PRUNIER, 1998)

Consoante ao início da república, foi realizada uma eleição legislativa em 25 de setembro para definir a composição do parlamento. O PARMEHUTU recebeu 78% dos votos, ganhando 35 cadeiras das 44 disponíveis, enquanto o UNAR recebeu apenas 17% e sete cadeiras. (AFRICAN, 2011) O processo de transição culminou no reconhecimento formal da independência em 1 de julho de 1962, quando Grégoire Kayibanda - líder do PARMEHUTU - assumiu a presidência.

No entanto, ao assumir o poder os hutus continuaram a marginalizar a população tutsi, responsabilizando-os por todos os problemas da nação. (WATSON, 1991; PRUNIER, 1998; HINTJENS, 1999) Até 1963, estima-se que 154.000 *banyarwanda* (etnia ruandesa - abrange hutus, tutsis e twa) haviam fugido para outros países (UNHCR, 2019), como Burundi, Tanzânia, Uganda e Zaire (atual República Democrática do Congo).

Mapa 1 - Mapa oficial de Ruanda

poder. No regime de Habyarimana, os tutsis foram sujeitos a cotas limitantes, em proporção à porcentagem da sua população, na educação e em outros benefícios do governo, como parte de um programa de ação afirmativa de compensação histórica para os hutus. Além disso, o novo presidente bloqueou o retorno dos refugiados tutsis para evitar uma potencial ameaça política. (WATSON, 1991; KUPERMAN, 2004)

Impossibilitados de retornar a Ruanda, a maior parte dos tutsis refugiados montaram vilarejos e acampamentos nos Estados vizinhos e, alguns que possuíam maior poder aquisitivo, até em lugares mais distantes como Suíça, Canadá e Estados Unidos. Nos países hospedeiros, eles buscaram refazer suas vidas e serem produtivos para aumentar a sua aceitação na sociedade. Mesmo vivendo o exílio em diversos lugares ao redor do mundo e com diferentes realidades socioeconômicas, os Tutsis continuaram mantendo contato entre si, de certa forma até mais do que antes, devido à perda das barreiras sociais que lhes eram impostas em Ruanda. (PRUNIER, 1998)

Inicialmente, em alguns estados vizinhos como Tanzânia, Burundi e Uganda, os refugiados foram relativamente bem recebidos, porém não demorou muito para os Tutsis se tornarem alvo de discriminações e abusos. A exemplo da Tanzânia, que posteriormente sancionou leis proibindo os estrangeiros de trabalhar nas instituições do Estado - nas quais estavam grande parte da oferta de emprego no país; e no Zaire, onde os ruandeses foram definidos como estrangeiros, retirando assim os seus direitos políticos e aumentando tensões étnicas existentes. (REED, 1996) Dos países vizinhos, Uganda apresentou uma específica história de altos e baixos com os refugiados ruandeses, principalmente pelo envolvimento destes em lutas de poder em Uganda.

1.3 *Banyarwanda* em Uganda

De acordo com o Relatório Anual do Governo de Uganda emitido em 1964, no período de 1962 para 1963, 10.000 ruandeses se refugiaram em Uganda, levando o número total de refugiados *banyarwanda* registrados a 40.000. Em janeiro de 1967, o número oficial de refugiados ruandeses em Uganda chegou a 68.295, sendo desses, 34.295 registrados em assentamentos de refugiados e 34.000 espalhados pelo território, como mostra a tabela abaixo emitida pelo Programa de Estudos de Refugiados da Universidade de Oxford (1967).

Tabela 1 - Número de refugiados em Uganda entre 1966 e 1967

**Total Number of Refugees Living in Uganda
January 1, 1966 to January 1, 1967**

Group of refugees	Number on	Number on
Area of settlement	1.1.1966	1.1.1967
1. Rwandese		
a). Oruchinga	12,500	11,500
b). Nakivale	6,500	8,009
c). Kahunge	5,500	6,793
d). Ibuga	800	717
e). Rwamanja	2,600	2,500
f). Kyaka	2,000	1,956
g). Kinyara	3,500	2,820
Sub-Total	33,400	34,295
2. Sudanese	17,050	10,981
3. Congolese	3,100	1,576
Total	53,560	46,852
B. Outside Settlements.		
1. Rwandese	32,000	34,000
2. Sudanese	27,000	44,000
3. Congolese	25,000	32,000
Total	84,000	110,000

Fonte: Progress Report on Refugee Situation in Uganda. Refugee Studies Programme, Oxford University. Mar. 1967.

No início, a convivência entre os ruandeses e ugandeses era pacífica, o governo foi receptivo aos refugiados na expectativa de que a estadia deles seria curta. Líderes políticos locais, como Milton Obote, apoiaram a proteção dos refugiados de Ruanda até o início da década de 1960. (WATSON, 1991; KUPERMAN, 2004) Entretanto, quando ficou claro que a maioria dos refugiados não tinha intenção de voltar para Ruanda, ou estavam impossibilitados pelo governo ruandês, a hospitalidade gradualmente se transformou em hostilidade. Essa mudança de atitude foi em parte influenciada por problemas financeiros, políticos e de segurança ocasionados pelos refugiados. (OTUNNU, 1999)

Kuperman (2004) aponta três razões para a antipatia dos ugandeses com os *banyarwanda*: o uso dos campos de refugiados pelos *inyenzi* como bases de recrutamento para realizar ataques em Ruanda, que trazia um perigo de retaliação em território ugandês; os benefícios especiais das Nações Unidas cedidos aos ruandeses, que criavam ciúme entre alguns ugandenses; e a aliança de alguns tutsis com grupos políticos elitistas e opositores em Uganda.

Por fim, no final da década de 60, o governo de Uganda passou a adotar políticas anti-ruandesas. Em 1969, em meio a uma crise econômica, o presidente Milton Obote ordenou a remoção de estrangeiros do emprego público, incluindo milhares de ruandeses. No mesmo ano,

Obote decidiu se mover contra os ruandeses católicos que se opunham ao seu partido político protestante, o Congresso Popular de Uganda (UPC, sigla em inglês). (WATSON, 1991) O presidente ordenou um censo da etnia *banyarwanda*, possivelmente com a intenção de excluir o povo ruandês do processo político ou até mesmo expulsá-los de Uganda. (USCRI; WINTER, 1983)

Pode-se observar o discurso anti-ruandês pregado por Obote na passagem abaixo de uma entrevista realizada por Elijah Dickens Mushemeza (2002) com um entrevistado anônimo que havia servido no governo durante o regime de 1962-1971:

O povo *Banyarwanda* não é confiável. Você lhes dá terra, comida, água e educação e ainda assim eles apoiam seus oponentes. Obote estava certo em descobrir quantos deles eram a fim de encontrar uma solução adequada para eles e livrar o país do problema de uma vez por todas. (MUSHEMEZA, 2002, p. 118, tradução nossa)

Entretanto, o censo não foi concluído, pois, em 1971, Obote foi destituído em um golpe por seu comandante do exército, Idi Amin. Inicialmente, muitos *banyarwanda* deram as boas-vindas ao novo presidente, pois o viram como uma trégua à perseguição aos ruandeses. (USCRI; WINTER, 1983) Por sua vez, o mesmo esboçou uma certa simpatia com o povo de Ruanda ao trazer o rei ruandês deposto, Kigeli V, de Nairóbi para morar em Uganda, além de lhe dar uma casa e um carro. (WATSON, 1991)

O motivo para tal cordialidade era parte da estratégia de fazer os refugiados se alistarem no exército e nos esquadrões da morte do novo regime, pois Amin era cético da lealdade dos ugandeses para com o seu governo. A presença do antigo rei de Ruanda e os laços que Amin desenvolveu com ele encorajaram mais refugiados tutsis a se unirem às forças armadas de Uganda. Porém a presença dos ruandeses nos esquadrões da morte que subjugavam os oponentes do governo por meio do terror só aumentaram o ódio da população ugandesa contra os *banyarwanda*. (OTUNNU, 1999)

Porém os ruandeses não esperavam os acontecimentos que ocorreram em seguida. Em 1979, tropas da Tanzânia e um contingente de exilados ugandenses, incluindo Obote e Museveni, expulsaram Amin do poder. Um ano depois, nas eleições de dezembro de 1980, Milton Obote retornou ao poder, derrotando Museveni, em uma eleição que a oposição categoricamente alegou ser fraudulenta. Dois meses depois, em fevereiro de 1981, Museveni formou o Exército de Resistência Popular, que planejava conquistar Uganda por meio da força, mais adiante se tornando o Movimento de Resistência Nacional (NRM, sigla em inglês). Nesse contingente havia dois ruandeses, Fred Rwigyema e Paul Kagame, que no futuro teriam um papel marcante na história de Ruanda. (WATSON, 1991)

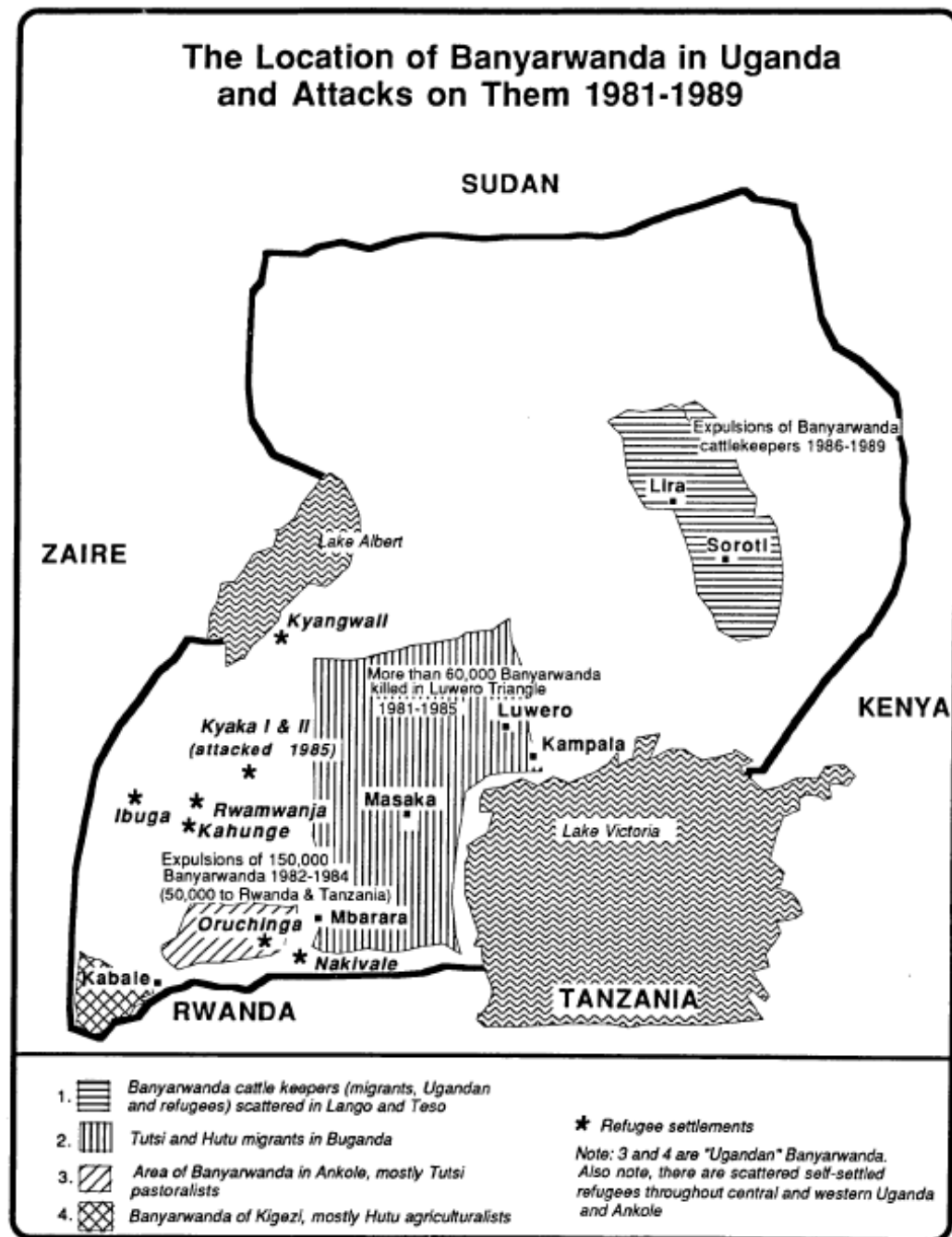
A queda do governo de Amin e o começo do regime Obote II elevou as tensões no país e revelou-se uma grande ameaça para os exilados de Ruanda. Os ruandeses foram acusados de ser apoiadores de Amin por Obote, que passou a disseminar ideias anti-ruandeses para se consolidar no governo, além de expulsar ruandeses dos empregos ligados a instituições estatais e confiscar suas terras e animais. (REED, 1996)

Chegou a hora de perseguir os refugiados. A maioria das atrocidades durante a era de Amin foram cometidas por refugiados. [...] alguns refugiados provaram ser um fardo para a nação [...] Se refugiados, especialmente de Ruanda, não retribuem a nossa hospitalidade, os ugandenses podem ordenar ao governo deles que construa campos para eles [...] Além disso, nós lhes diremos para irem [embora]. (OBOTE apud MUSHEMEZA, 2002, p. 171, tradução nossa)

De 1982 a 1983 ocorreram diversas ondas de ataques aos tutsis. Centenas de *banyarwanda* foram mortos ou mutilados, casas foram queimadas, mulheres estupradas e milhares fugiram. (KUPERMAN, 2004) A citação abaixo faz parte de um informativo do Comitê dos EUA para Refugiados e Imigrantes sobre os ataques realizados contra os ruandeses, escrito por seu diretor na época, Roger P. Winter:

Em outubro de 1982, dezenas de milhares de pessoas no sudoeste de Uganda foram desenraizadas e obrigadas a fugir de suas casas. [...] equipes de oficiais locais, membros da ala juvenil da UPC e policiais especiais atacaram as casas dos *Banyarwanda*. Elas foram destruídas ou ficaram inabitáveis. [...] A devastação causada em suas casas é chocante. A intimidação do povo, acompanhada de espancamentos e vários assassinatos, precipitou o deslocamento em massa. [...] A maioria dos 35.000 recém-deslocados *Banyarwanda* que permaneceram em Uganda fugiram para os assentamentos de refugiados existentes e se juntaram a um número igual de que residia nos assentamentos desde os anos 1960. [...] A conclusão da maioria dos observadores, inclusive eu, é que, independentemente de o presidente ter iniciado ou não o deslocamento, o governo apoiou o tratamento severo desse grupo que faz parte da oposição política. (USCRI; WINTER, 1983, p. 1-4, tradução nossa)

Mapa 2 - Localização dos ataques aos *Banyarwanda* de 1981 a 1989



Fonte: WATSON, 1991, p. 7.

Em resposta à tal opressão, um número crescente de tutsis passou a se juntar a ao NRM, principalmente para atuar em suas forças armadas, o Exército de Resistência Nacional (NRA). Enquanto isso, os ruandeses Fred Rwigyema e Paul Kagame conquistavam cada vez mais espaço na liderança do NRM, aprendendo táticas de guerrilha que depois se tornaram úteis na criação da Frente Patriótica de Ruanda (RPF, sigla em inglês). Rwigyema mais tarde se tornaria o primeiro líder do RPF e Paul Kagame o comandante da frente armada do RPF, o Exército Patriótico de Ruanda (RPA, sigla em inglês).

1.4 A Formação do RPF

Em meio às crescentes tensões e dificuldades em Uganda, alguns ruandeses organizaram associações e movimentos para promover a união do seu povo. Após a queda de Idi Amin em Uganda, em 1979, os *banyarwanda* formaram uma associação cujo objetivo principal era ajudar as vítimas das perseguições anti-ruandesas por parte dos possíveis sucessores de Amin, especialmente Milton Obote - que já havia deixado claro sua antipatia com os *banyarwanda*. Eles a chamaram de Associação de Bem-estar dos Refugiados de Ruanda (RRWF, sigla em inglês). Entretanto, o RRWF teve uma vida curta, pois, em 2 de junho de 1979, a associação se transformou na Aliança Ruandesa para a Unidade Nacional (RANU, sigla em inglês). (MUSHEMEZA, 2002)

Os fundadores da RANU incluíam Ben Rutsinga, Fideli Rwigamba, o atual Secretário Permanente do Ministério do Serviço Público em Ruanda, Patrick Mazimhaka, atualmente Assessor do Presidente do Ruanda, Fred Rwigyema e Paul Kagame o atual Presidente da República de Ruanda. (RUTSINGA apud MUSHEMEZA, 2002, p. 162)

Segundo o governo de Ruanda (2017), a RANU foi criada para combater a política segregacional, a ideologia do genocídio, os massacres, a expatriação e a falta de liberdade política pacífica. Já Cyrus Reed (1996) aponta que a RANU foi criada com uma ideologia esquerdista, que defendia a abolição da monarquia e a substituição do capitalismo através da criação de um Estado socialista em Ruanda. Mesmo com as diferentes visões sobre a RANU, é possível afirmar que ela possuía diversos objetivos que orbitavam em torno de um foco em comum: voltar para Ruanda.

Em termos de estrutura, a RANU possuía filiais regionais espalhadas em diferentes Estados, como Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi, Tanzânia e África do Sul, e em outros continentes, como Europa e América do Norte. O comitê central de operações era sediado em Nairóbi, de onde eram coordenados os comitês regionais. (MUSHEMEZA, 2002) O movimento manteve suas atividades em segredo, infiltrando-se em organizações culturais e realizando conferências para disseminar os estudos políticos sobre a história de Ruanda e atrair mais participantes para o movimento. (REED, 1996)

Inicialmente, a RANU não possuía visão de uma estratégia militar, de acordo com o relato de Ben Rutsinga e do coronel Wilson Rutayisire entrevistados por Mushemeza (2002, p. 163). Porém devido à crescente repressão, cada vez mais violenta, em países que possuíam comitês (como em Uganda e no Burundi) e influenciada pelo sucesso das forças que derrubaram

o governo de Amin em 1979, a RANU mudou de estratégia. Os comitês passaram a aconselhar seus seguidores, onde quer que estivessem em todo o mundo, a tentar obter treinamento militar individualmente nos Estados anfitriões. (MUSHEMEZA, 2002)

A RANU manteve contatos com organizações e movimentos semelhantes em diversos países, para disseminar a sua ideologia e assim, conquistar o seu espaço. Alguns de seus membros até fundaram outros movimentos nos países em que foram recebidos, a exemplo do Movimento de Resistência Nacional (NRM, sigla em inglês) em Uganda que teve, dentre os seus fundadores, Paul Kagame e Fred Rwigyema, dois ruandeses ligados à RANU. (REED, 1996)

A história de Rwigyema e Kagame com o NRM começou quando os dois eram membros da Frente de Salvação Nacional (FRONASA, sigla em inglês), um grupo de guerrilha criado por Museveni em 1973 durante o seu exílio na Tanzânia. Em Uganda, a FRONASA teve um certo papel político e militar na derrubada de Amin da presidência de Uganda em 1979. Como movimento, a FRONASA foi dissolvida logo após a vitória de 1979, porém a rede de contato entre os integrantes se manteve, especialmente em um pequeno grupo - em que estavam Rwigyema, Kagame e Museveni - que era contra a ditadura e compartilhava visões nacionalistas de esquerda e de guerrilha. (PRUNIER, 1998) Por isso, quando Museveni perdeu a eleição em Uganda e decidiu criar o NRM, Rwigyema e Kagame – que nesse momento já eram ligados à RANU – o apoiaram.

Como visto anteriormente, o NRM teve um papel fundamental na Guerra Civil de Uganda no período de 1981 a 1986 aplicando táticas de guerrilha contra o regime de Milton Obote através do seu braço militar chamado Exército de Resistência Nacional (NRA, sigla em Inglês). Neste período, devido às pressões e ataques impostos pelo regime à população ruandesa, muitos ruandeses se juntaram ao NRA e, conseqüentemente, adquiriram experiência de guerrilha.

O sucesso do NRM se consolidou em 1986, quando o NRA tomou Kampala em 26 de janeiro de 1986, tirando Obote do poder. Estima-se que o contingente do NRA que realizou a investida tinha 14.000 homens, sendo, dentre eles, entre 2.000 e 3.000 *Banyarwanda*. Logo após a derrubada de Obote, Yoweri K. Museveni tomou posse como Presidente de Uganda. (WATSON, 1991)

Concomitantemente, a RANU se estruturava cada vez mais politicamente e em 1987, o Congresso da RANU instituiu a mudança do nome do movimento para Frente Patriótica de Ruanda (RPF, sigla em inglês), além da criação do Programa Político do RPF que incluía 9

pontos de ação principais e um Código de Conduta para os seus filiados. O Programa político do RPF tinha o objetivo de apresentar uma mensagem clara e simples que pudesse ser entendida até mesmo por aqueles com pouca ou nenhuma educação para uni-los em uma causa comum (REED, 1996), como podemos ver nos 9 pontos a seguir:

1. Restauração da unidade entre os ruandeses; 2. Defender a soberania do país e garantir a segurança das pessoas e bens; 3. Estabelecimento de liderança democrática; 4. Promover a economia com base nos recursos naturais do país; 5. Eliminação da corrupção, favoritismo e desvio de recursos nacionais; 6. Promoção do bem-estar social; 7. Eliminar todos os motivos que causaram a fuga e devolver os refugiados ruandeses de volta ao país; 8. Promoção de relações internacionais baseadas no respeito mútuo, cooperação e intercâmbio econômico mutuamente benéfico; 9. Combater o genocídio e sua ideologia. (RPF, 2017, tradução nossa)

Ao fim da Guerra Civil de Uganda, os críticos começaram a acusar o NRA de ser um exército de estrangeiros sob o comando de estrangeiros, e alguns chegaram a especular que o próprio Yoweri Museveni era ruandês. De fato, dentro do NRA existia uma dissidência secreta de ruandeses ligada ao RPF chamada de Exército Patriótico Ruandês (RPA, sigla em inglês), também chamado de *Inkotanyi*, liderada por Fred Rwigyema e Paul Kagame, ex-comandantes do NRA. (REED, 1996)

Então, em 1990, alguns acontecimentos em Uganda fizeram pressão para o RPF reagir. Neste período, as investidas de Obote para retomar o poder diminuíram, reduzindo a necessidade de combate do NRA e, conseqüentemente, a necessidade dos *banyarwanda* no exército. Dessa forma, o NRA iniciou um plano para destituir as patentes dos ruandeses dentro do seu exército e assim proteger a soberania e a segurança nacional de Uganda, à exemplo de Rwigyema que foi deposto do cargo de comandante chefe e ministro da defesa. Além disso, o sentimento anti-ruandês dos ugandeses surgiu à tona novamente por uma discussão na Assembleia Legislativa sobre redistribuição de parte das grandes propriedades em Uganda para criadores de gado que não possuíam terras (sendo alguns deles *banyarwanda*). (WATSON, 1991; PRUNIER, 1998)

Por outro lado, apesar de ter tido um período de crescimento considerável durante o governo de Habyarimana, Ruanda estava sob um regime unipartidário (partido Movimento Republicano Nacional pelo Desenvolvimento – MRND), que exercia grande controle sobre a população, e se encontrava naquele momento em crise. De 1986 a 1987 o preço mundial do café despencou, ocasionando uma perda de 9 bilhões na receita das exportações do produto, levando os números de 14 milhões para 5 milhões de francos ruandeses. O débito externo, então, passou a acumular e as políticas de redistribuição e bem-estar social instituídas por Habyarimana passaram por ajustes internos para se adequar à crise.

Em junho de 1990, o governo cedeu à pressão do Banco Mundial para implementar um pacote de mudanças estruturais, porém isso acabou desvalorizando a moeda ruandesa em dois terços do seu valor. A renda dos fazendeiros diminuiu, a fome aumentou consideravelmente no país e cortes de gastos fizeram com que os serviços médicos fossem restringidos, o que resultou em aumento da mortalidade maternal e infantil, além de surtos de malária pelo país. (HINTJENS, 1999)

Devido à crise, em 25 de agosto de 1990, dois membros da elite ruandesa, próximos ao círculo de Habyarimana, fugiram para Kampala (capital de Uganda): Vincent Kajeguhakwa, empresário que já teve parceria com o presidente ruandês, e Pasteur Bizimungu, chefe de uma companhia estatal e parente de Habyarimana. Ao chegar em Uganda, os dois descreveram uma Ruanda à beira de um colapso, sofrendo com abusos dos direitos humanos, corrupção causada pelo presidente e a sua família e pronta para receber qualquer um que tentasse derrubar o regime. (WATSON, 1991, p. 13)

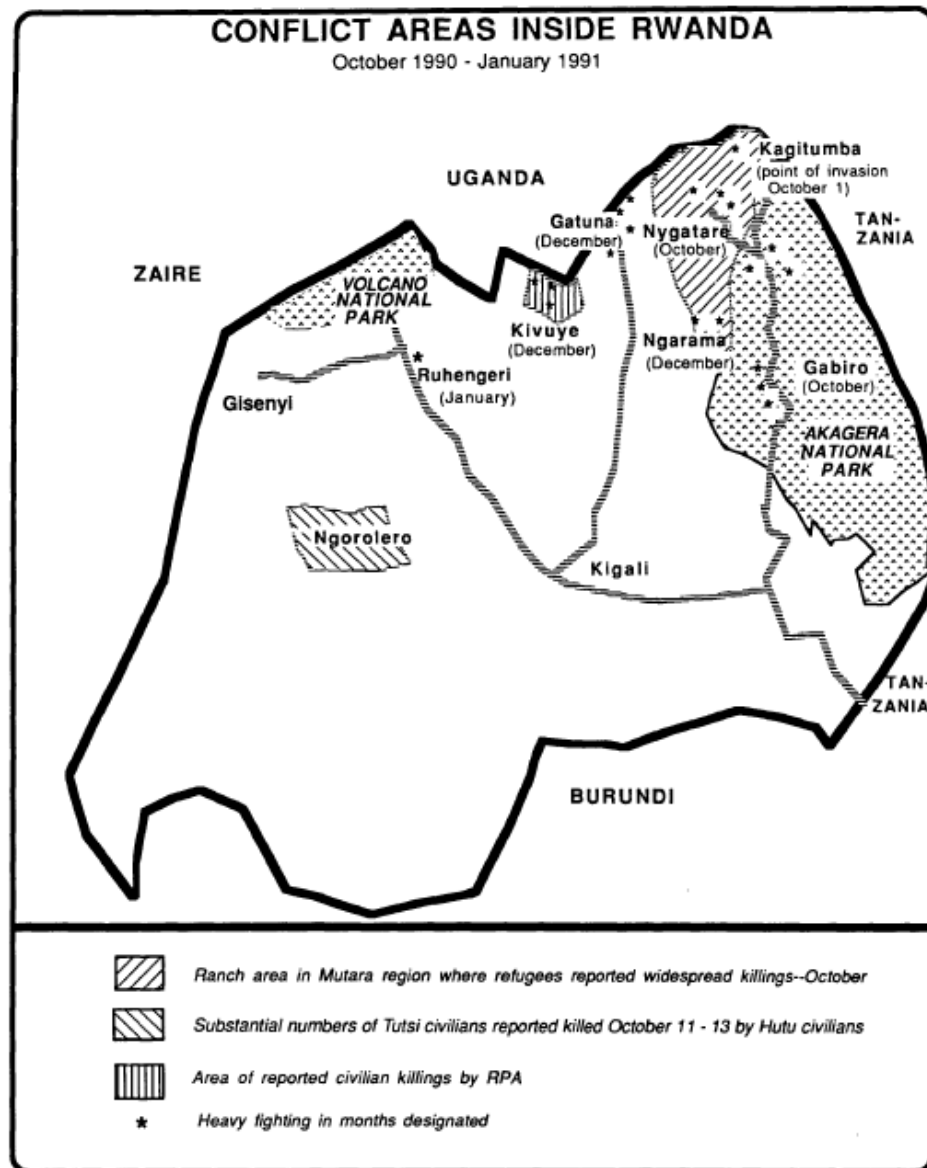
Os líderes do RPF, então, começaram a se organizar para a invasão, esperando apenas o momento certo para os *banyarwanda* retornarem a sua terra natal. A oportunidade apareceu no início de outubro de 1990, quando os presidentes de Uganda e de Ruanda estavam nos Estados Unidos participando de uma cúpula da ONU, o que atrasaria uma possível resposta de ambos para impedir a invasão de Ruanda. (REED, 1996)

1.5 O Conflito

Assim, no final de setembro de 1990, o RPF deu a ordem para aproximadamente 4000 *inkotanyis* (como comumente eram chamados os soldados do RPF) fugirem dos acampamentos do NRA. O contingente foi liderado por Rwigyema que dizia estar levando tropas para a comemoração da independência de Uganda (que é em 9 de outubro) para despistar os espectadores. Ao longo do caminho, mais 3000 civis tutsis se juntaram ao RPA e em 1 de outubro cruzaram a fronteira de Ruanda. (WATSON, 1991; REED 1996; PRUNIER, 1998; KUPERMAN, 2004)

Porém, a investida do RPA foi repelida pelas Forças Armadas Ruandesas (FAR), com ajuda de intervenções militares de tropas francesas e belgas, o que forçou a recuada, além de matar três dos principais comandantes do RPA, incluindo Rwigyema. Em seu lugar, Paul Kagame assumiu o comando do RPA, que não conseguiu tomar o país, mas conseguiu se entrincheirar no norte de Ruanda, travando uma guerra de guerrilha contra as FAR. (REED, 1996; USDOS, 1994a)

Mapa 3 - Áreas de conflito em Ruanda de outubro de 1990 a janeiro de 1991



Fonte: (WATSON, 1991, p. 12)

Mesmo acuados, Paul Kagame organizou o RPF politicamente com o intuito de derrubar o governo do presidente Juvenal Habyarimana e tomar o controle do país. A primeira estratégia utilizada foi a reorganização e o fortalecimento da liderança, que incorporou pessoas-chave como o Coronel Alexis Kanyarengwe (antigo aliado de Habyarimana que depois virou rival e foi morar no exílio), apontando-o como líder do RPF, além do recrutamento de tutsis exilados para a composição das comissões do partido, sendo a maioria deles de Uganda. Dentre estes, destacam-se algumas mulheres como Aloysia Inyumba - comissária financeira responsável pela

construção de uma rede mundial de captação de recursos, Ann Gahongayire – comissária dos assuntos sociais - e Christine Omutoni – comissária dos refugiados. (PRUNIER, 1998)

Uma segunda estratégia foi o recrutamento em massa. Milhares de jovens exilados no Burundi, Zaire, Tanzânia, Bruxelas, Nova Iorque e diversas outras partes do mundo foram recrutados, em sua maioria eram descendentes que não nasceram em Ruanda, mas que sonhavam com o retorno à Ruanda que seus pais tanto falavam. Além disso, conforme as tensões aumentavam, milhares de tutsis que moravam em Ruanda se juntaram ao RPA devido à crescente ameaça de perseguição dos hutus. O resultado disso foi um grande crescimento nas tropas do RPA que no início de 1991 já tinha recrutado mais de 5.000 pessoas, no final de 1992 contava com mais de 12.000 e em abril de 1994, o contingente provavelmente já passava dos 25.000. Além dos números, uma boa parte do exército tinha um ótimo nível de escolaridade e organização, o que auxiliou o RPA em suas operações no início do conflito, porém o crescimento vertiginoso do exército acabou diminuindo o nível de escolaridade e organização das tropas ao longo do tempo. (ibidem)

A outra estratégia foi a captação de recursos e o alto controle de suas finanças. Em um padrão similar ao da comunidade judaica em apoio ao sionismo, o RPF recebeu aportes de recursos dos tutsis espalhados ao redor do mundo, principalmente das comunidades instaladas no Canadá e nos EUA, por serem tutsis mais ricos, mas também muitas pequenas contribuições das comunidades de tutsis em outros países africanos. Uma outra fonte de recursos foram alguns empresários ruandeses que tinham problemas políticos com o governo de Ruanda ou que tinham sido prejudicados em alguma medida, levando-os a apoiar o golpe secretamente por meio de financiamentos para o RPF - a exemplo do hutu Silas Majyambere, ex presidente da câmara de comércio de Kigali, que financiou secretamente o RPF visando obter ganhos econômicos com a derrubada de Habyarimana, após ter tido problemas com o regime. (ibid.)

Essa captação e boa administração dos recursos foi crucial para aumentar o poder bélico do RPA através da compra de armamentos no mercado internacional. Além disso, alguns ataques foram realizados em pontos estratégicos para roubar equipamentos militares do governo de Ruanda. Como o ataque a Ruhengeri em 23 de Janeiro de 1991, cidade que sediava a maior prisão de Ruanda, onde o RPA apreendeu um considerável estoque de equipamentos militares, além de libertar mais de mil presos, em sua maioria presos políticos opositores de Habyarimana, e recrutar parte destes. (PRUNIER, 1998)

Em 4 de agosto de 1993, o RPF e o Governo de Ruanda assinaram o Acordo de paz de Arusha, na Tanzânia, significando o fim oficial do conflito. Os termos do acordo instituía um

plano de transição para realizar uma eleição democrática, com vários partidos, porém o acordo não conseguiu sanar toda a problemática que envolvia os grupos, visto que existia um rumor de que a minoria tutsi planejava o genocídio dos hutus (BURNET, 2008a). O risco se mostra claro na afirmação abaixo de um relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos endereçado a todas as suas embaixadas em 18 de setembro de 1992:

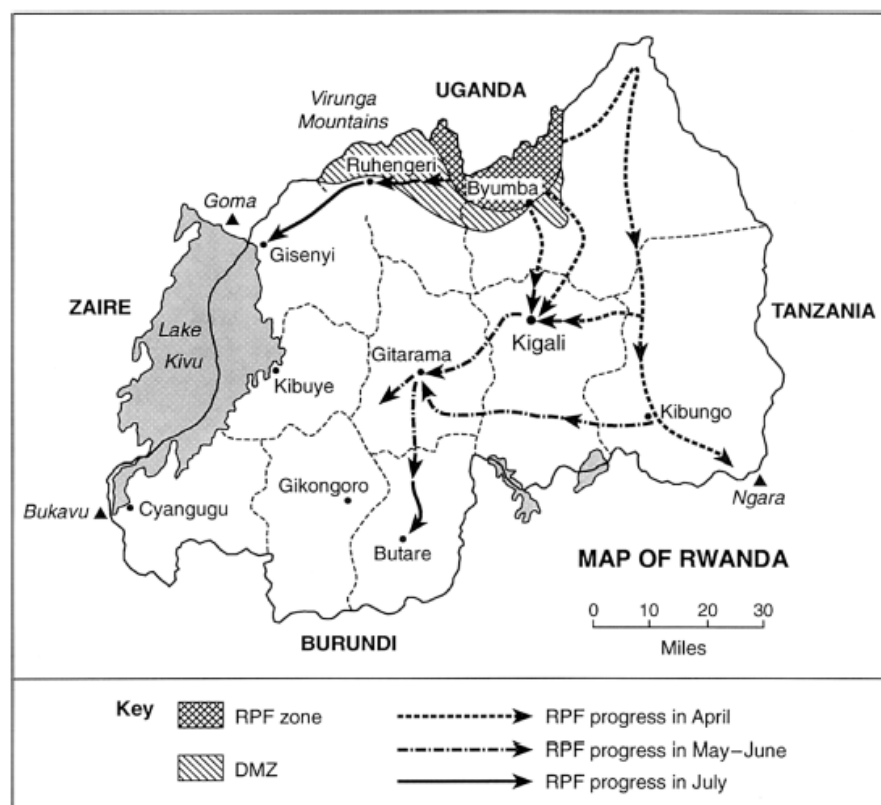
[O RPF] arriscará uma reação hutu se for visto pela maioria hutu - ou por hutus extremistas próximos a habyarimana - como um movimento para reafirmar a hegemonia do tutsi sobre o sistema político. Os ataques anti-tutsi demonstram que não importa o que seja acordado nas negociações de cessar-fogo, o RPF deve trilhar uma linha tênue se desejar retornar pacificamente a Ruanda. No final, o RPF pode decidir que o risco de retornar é muito grande. (USDOS, 1992, p. 15, tradução nossa)

Assim como previsto, a reação hutu aconteceu, mas em proporções muito maiores do que o esperado. O estopim para a reação dos hutus foi no dia 6 de abril de 1994, quando um atentado derrubou o avião que transportava o presidente Habyarimana. Imediatamente, os militares ruandeses atribuíram a ação aos tutsis ligados ao RPF, porém há indícios de que possivelmente tenha sido hutus extremistas da Guarda Presidencial que atiraram no avião. Horas depois do incidente, a Guarda Presidencial havia assassinado diversos alvos, incluindo a Primeira Ministra Agathe Uwilingiyimana. (USDOS, 1994b)

A capital de Ruanda, Kigali, tornou-se neste dia cenário de uma das maiores perseguições contra tutsis e hutus moderados que formavam grupos de oposição política do país. As listas de opositores do governo foram entregues aos Interahamwe, juntamente com os nomes de todos os seus familiares. Vizinhos mataram vizinhos, e alguns maridos até mataram suas mulheres tutsis, dizendo que seriam mortos caso se recusassem a fazê-lo. Na ocasião, carteiras de identidade apresentavam o grupo étnico das pessoas, então milícias montaram bloqueios nas estradas onde abateram os tutsis, muitas vezes com facões que a maioria dos ruandeses têm em casa. Estima-se aproximadamente que entre 500.000 a 800.000 ruandeses perderam suas vidas, em sua maioria tutsis, e outras milhares de mulheres foram levadas e mantidas como escravas sexuais (HINTJENS, 1999; BBC, 2014; LEMARCHAND, 2012).

Um dia depois, o RPF lançou uma ofensiva militar contra as forças do governo ruandês e as milícias que representaram boa parte dos autores das matanças contra os tutsis. O RPF avançou rapidamente, tomando boa parte do território, inclusive o controle de parte da capital Kigali, assim como o seu aeroporto. (UNSC, 1994)

Mapa 4 – Avanço do RPF em Ruanda de Abril a Julho de 1994



Fonte: (KUPERMAN, 2004, p. 67)

Depois que o RPF entrou em Kigali, seus líderes anunciaram que seguiriam os termos dos Acordos de Arusha com algumas modificações. Segundo os termos, a alocação de ministérios entre as várias partes seria mantida, porém os cargos destinados ao MRND seriam realocados para o RPF. Além disso, o presidente seria um hutu para garantir a sua manutenção do poder, sendo apontado para o cargo Pasteur Bizimungu, porém Kagame se tornaria Ministro da Defesa e assumiria o cargo recém-criado de Vice-presidente (REED, 1996), o primeiro-ministro seria escolhido pelos partidos.

Os termos do acordo de paz foram aceitos pelos partidos presentes em Ruanda e genocídio terminou em 4 de julho de 1994, quando o RPF assumiu o controle militar da maioria do território, levando o ex-governo, as milícias e o exército hutu-extremista ao exílio, juntamente com quase dois milhões de civis.

1.6 O governo de transição

Após a resolução do conflito, o RPF nomeou um governo de transição, que chamou de "Governo da Unidade Nacional", que permaneceria no poder por cinco anos, e, como parte do acordo de paz o primeiro ministro seria eleito pelos partidos, o primeiro ministro Faustin

Twagiramungu foi escolhido para compor o governo (BURNET, 2008a; REYNTJENS, 2004). Como parte de seus esforços de reconstrução, este governo empreendeu um programa ideológico chamado "Unidade Nacional e Reconciliação" para construir uma nova Ruanda em recusa à ideologia genocida do passado (BURNET, 2008a, p. 365-366).

Entretanto, ainda em 1995 o RPF demonstrou ações que não refletiam as suas promessas. Relatórios oficiais apontam homicídios em massa de Hutus refugiados no Zaire (atual República Democrática do Congo) no período de 1996 a 1998 (HRW, 2000a; AMNESTY, 2001; UNHCHR, 2010; MSF, 2019) além de execuções, detenções, torturas e desaparecimentos de civis de 1995 até os anos 2000 (HRW, 2000b).

Em agosto de 1995, o primeiro ministro Faustin Twagiramungu, o ministro do Interior Seth Sendashonga (um dos raros RPF Hutu) e o ministro da Justiça, Alphonse Nkubito, renunciaram sem motivos aparentes. Os dois primeiros foram para o exílio junto a centenas de pessoas influentes, como ministros do governo, funcionários públicos de alto escalão, diplomatas, oficiais do exército, jornalistas, líderes da sociedade civil, entre outros, porém Nkubito permaneceu e morreu no início de 1997 de causas não especificadas (MCG; JR, 1997). Após saírem do país, muitos dos exilados fizeram alegações de concentração e abuso de poder, ultrajes do exército e serviços de inteligência, violações maciças de direitos humanos, insegurança e intimidação, discriminação contra os hutus e até contra os sobreviventes do genocídio tutsi. (REYNTJENS, 2004)

Em 1998, o RPF anunciou que o período de transição seria prorrogado em cinco anos adicionais sob a prerrogativa de garantir a segurança do país e um processo de democratização pacífica. A Frente justificou sua posição citando a política multipartidária como uma das principais causas do surgimento do extremismo hutu e do genocídio de 1994. (BURNET, 2008a) Porém, o que se observou foi uma crescente tendência de perseguição aos outros partidos, transformando Ruanda em um país quase unipartidário.

Em 6 de janeiro de 2000, o Presidente da Assembleia Nacional, Joseph Sebarenzi, repentinamente renunciou sob pressão de grupos dentro do RPF. Temendo por sua vida, ele fugiu para Uganda e depois para a América do Norte. Logo após, em 28 de fevereiro de 2000, o primeiro-ministro Pierre-Célestin Rwigema anunciou sua renúncia e buscou asilo nos Estados Unidos. Menos de um mês depois, em 23 de março, o presidente Pasteur Bizimungu renunciou 'por motivos pessoais', recusou-se a fugir e foi preso em 2001. (REYNTJENS, 2004) As saídas do presidente da assembleia, do primeiro-ministro e do presidente Bizimungu dentro de três

meses foram um indicativo de que o regime estava enfrentando uma profunda crise política e uma forte tendência ao autoritarismo.

1.7 O governo de Paul Kagame

Paul Kagame assumiu como presidente interino após a renúncia de Bizimungu em 24 de março de 2001 e ficou no cargo até o fim do período de transição. O regime decidiu iniciar um "processo de democratização" em 2001 quando eleições locais foram realizadas, com o intuito de demonstrar uma postura mais democrática no país, sendo bem visto por alguns de seus parceiros internacionais. (REYNTJENS, 2004)

Continuando o processo de democratização após o fim do período de transição, em 25 de agosto de 2003 foi realizada a eleição presidencial de Ruanda. Porém, relatórios de organizações internacionais, Anistia Internacional (2003) e Human Rights Watch (2003), apontam que a eleição não foi tão democrática como alegado pelo Governo ruandês, apresentando diversas fraudes, ameaças e perseguições orquestradas pelo RPF. O próprio Paul Kagame explicita suas intenções em um discurso feito no dia 31 de março de 2003:

Todos os ruandeses e o governo da unidade são profundamente responsáveis por essa mudança [política] irreversível, apesar das pessoas que preferem esperar até que sejam feridas antes de entender isso. Também temos a responsabilidade de fazê-los entender dessa maneira. (...) A tolerância está diminuindo progressivamente levando a ações desnecessárias. (...) Nós sempre temos informações sobre todos aqueles que vocês ouvem que saíam e nós os deixamos ir. Quando chega a hora de irem, eles tentam se esconder, pensando que não somos informados sobre sua partida. Entre aqueles que saem, há indivíduos que nós removemos do cargo para permitir que eles partam. Para mim, sair não é um problema. Nós logo afastaremos de posições oficiais aqueles que estão sendo retidos por esses cargos, para deixá-los ir. Para aqueles que se orgulham de ter colhido abundante sorgo ou milho, diremos a eles que temos máquinas suficientes para moer os grãos. (KAGAME, 2003, tradução nossa)

Sobre as eleições, Kagame continua em seu discurso:

Qualquer um que tem intenções de trazer divisão - porque eu sei que os pontos de vista daqueles que pretendem retornar são baseadas na divisão - não serão eleitos. Como eu lhe disse, a agenda da reconstrução nacional nunca será revertida. (...) Algo de que tenho certeza é que o resultado final será a continuação da construção do país. As pessoas que querem destruir o país não serão eleitas. (KAGAME, 2003, tradução nossa)

De fato, nas eleições presidenciais de 25 de agosto de 2003, o presidente Kagame foi eleito por um expressivo percentual de 95,05% dos votos (AFRICAN, 2011) após uma campanha marcada por prisões, desaparecimentos e intimidação, além da desqualificação dos principais candidatos independentes na véspera da votação. Apesar das missões de observação das eleições por organizações internacionais terem sido dificultadas, a missão da UE observou

fraudes, intimidações, manipulação de listas eleitorais, enchimento de urnas, falta de sigilo no voto e falta de transparência no processo de contagem durante a eleição. (REYNTJENS, 2004)

As eleições presidenciais e parlamentares confirmaram a imagem de uma operação efetuada para obter a legitimação política do partido e a sua aceitação internacional. Não obstante, embora a comunidade internacional estivesse consciente da natureza cosmética das ações pró-democráticas do RPF, o resultado da eleição foi recebido sem muitas preocupações.

O motivo para a reação passiva da comunidade internacional acerca do governo Kagame advém dos bons resultados obtidos pelo governo em reerguer Ruanda no pós-genocídio e garantir o controle e a união do povo ruandês, eliminando as distinções étnicas que os dividiram por séculos.

Ele [Kagame] trouxe a Ruanda muito do que era inconcebível após o genocídio de 1994: lei e ordem, o início do crescimento econômico e da transformação social, um esfriamento das paixões sectárias e, o mais surpreendente de tudo, um pulsante sentimento de entusiasmo e otimismo. (KINZER; BOEHMER, 2008, p. 3, tradução nossa)

Os defensores do regime negam as críticas, ao justificar que as restrições à liberdade são necessárias para manter a unidade nacional, e afirmam que o governo autoritário benigno é necessário para assegurar o desenvolvimento econômico, sua principal prioridade. (LONGMAN, 2011)

Autoridades ruandesas frequentemente defendem decisões não com argumentos sobre mérito, mas com incredulidade. Você vai questionar esse presidente? Aquele que reconstruiu um país e criou um dos poucos refúgios relativamente livres da corrupção na África? É uma tática de silenciamento inteligente naquele momento. (CHU, 2009, tradução nossa)

Embora o RPF tenha se destacado positivamente por sua abordagem pragmática na reconstrução da economia, o processo de reconstrução política foi deficitário, especialmente com relação à liberdade política. É possível observar uma inclinação do governo a utilizar sua estrutura, e até a ideologia de união ruandesa, para perseguir opositores e perpetuar-se no poder. Por isso, alguns autores afirmam que, no âmbito político, Ruanda apenas fez uma transição de um tipo de regime autoritário para outro. (LONGMAN, 2011) Sendo este, um regime que está se mantendo no poder a quase 20 anos.

1.8 Autoritarismo em Ruanda

Afinal, é possível denominar o governo de Paul Kagame como autoritário? Pode-se observar uma inclinação do governo a utilizar sua estrutura, e até a ideologia de união ruandesa,

para perseguir opositores e perpetuar-se no poder, mas seria isso suficiente para denominar um governo como autoritário, mesmo sendo ele eleito através de um instrumento democrático?

Segundo Dahl (1998), é preciso ter seis⁴ requisitos mínimos para um governo de larga-escala ser realmente democrático: (1) funcionários eleitos pelos cidadãos para representá-los nas decisões governamentais; (2) eleições livres, justas e frequentes que sejam conduzidas justamente e com o mínimo de coerção possível; (3) liberdade de expressão política, sem perigo de retaliações punitivas; (4) acesso a fontes alternativas de informação, sendo essas fontes livres de controle do governo ou qualquer censura; (5) autonomia associativa, possibilitando que os cidadãos criem partidos políticos e organizações independentes; e, por último, (6) cidadania inclusiva, pois não se pode negar a nenhum adulto residente no país o acesso a qualquer um dos cinco direitos supracitados, nem a outras liberdades e oportunidades necessárias ao efetivo funcionamento das instituições políticas democráticas.

Porém, na prática a maioria desses requisitos não são atingidos pelo governo do RPF em Ruanda. Especialmente os requisitos de eleições livres e justas, liberdade de expressão política e a autonomia associativa apresentam diversos entraves impostos pelo governo, como o sufocamento da sociedade civil, constrangimento dos partidos políticos, limitação da liberdade de imprensa, supressão da liberdade de expressão e o controle rigoroso das eleições⁵. Por vezes essas restrições aos princípios democráticos são aplicadas sob o pretexto da necessidade de assegurar a união nacional, levando as ações do regime a um polo oposto à democracia: o autoritarismo.

Por isso, a definição sobre a natureza política do governo de Ruanda no pós-genocídio utilizada no presente estudo se encontra mais próxima à definição de autoritarismo pseudodemocrático ou eleitoral exposta por Larry Diamond (1999). Nesses regimes, apesar da oposição ser legalmente tolerada, os opositores são reprimidos e os críticos do regime são frequentemente presos ou exilados. Além disso, as instituições democráticas formais existem no papel, mas são reduzidas pela repressão, restrição à oposição e fraudes, tornando os resultados das eleições óbvios por exemplo. Essas ações acabam tornando a suposta democracia do Estado em uma fachada para uma ação mais autoritária do governo.

⁴ Nota-se que em outras obras o autor apresenta um número distinto de atributos. Por exemplo, em "Democracy and Its Critics" de 1989, Dahl apresenta sete, já em "Polyarchy: participation and opposition" de 1971, ele nos fala de oito atributos necessários à poliarquia. A versão de 1998 foi escolhida por ser mais concisa e atual.

⁵ Para uma análise mais completa de como cada uma dessas formas de restrição das instituições políticas foram aplicadas em Ruanda, leia "Limitations to political reform: The undemocratic nature of transition in Rwanda" de Timothy Longman (2011).

Portanto, apesar do governo apresentar um discurso democrático, na prática existem indícios que apontam uma posição mais autoritária do RPF, utilizando os próprios atores da sociedade civil como meios para atingir a perpetuação do sistema. Um grupo a ser destacado são as mulheres, que foram escolhidas como recorte analítico neste estudo para compreender como a sua inserção política e econômica foram utilizadas pelo RPF para perpetuar um regime autoritário em Ruanda no pós-genocídio.

Nos próximos capítulos, analisaremos como o discurso do RPF, dito democrático e promotor da igualdade de gênero, foi construído e apropriado para servir aos interesses do partido e conquistar a tolerância da comunidade internacional na perpetuação do seu regime autoritário. Sob essa perspectiva, a inserção das mulheres será analisada em dois âmbitos: econômico e político.

2 Histórico da inserção de mulheres e a perspectiva econômica

Para discutir sobre a inserção econômica das mulheres em Ruanda no pós-genocídio, primeiramente é necessário compreender o histórico das mulheres na política e na economia.

2.1 O histórico das mulheres na política e na economia ruandesa

Durante o período colonial, a divisão do trabalho por gênero em Ruanda era similar à de outras sociedades agrárias patriarcais da África Subsaariana. Os papéis das mulheres e homens eram culturalmente definidos e complementares, pois enquanto os homens eram geralmente responsáveis pela criação de animais e trabalho pesado, as mulheres cuidavam da plantação, da casa e dos filhos (JEFREMOVAS, 1991; BURNET, 2012; BERRY, 2018). A partir do momento em que se casavam, a maternidade era o principal dever das mulheres, que tinham em média mais de oito filhos cada (RWANDA, 2014).

Apesar do trabalho das mulheres ser essencial para a produção doméstica, elas não tinham controle sobre qualquer dinheiro ou excedente que produzissem. Quem lidava com as finanças eram os homens, que podiam ganhar dinheiro e gastá-lo como quisessem, muitas vezes fazendo-o em bares. Essa divisão de trabalho por gênero no lar e a impossibilidade de as mulheres terem controle sobre as finanças permaneceu quase sem mudanças até o período pós-colonial. (JEFREMOVAS, 1991; BERRY, 2018)

Durante a república, o papel da mulher ainda era visto tradicionalmente como subserviente aos homens e até o ato de falar em público era visto como desnecessário ou motivo de constrangimento (INGLEHART; NORRIS, 2003). Além disso, as ruandesas não podiam possuir propriedades em sua plenitude e os seus negócios, caso conseguissem construir algum, poderiam ser apropriados pelos seus pais ou esposos (WALLACE et al., 2008).

Porém, algumas mudanças são notáveis, como o direito de votar e de concorrer a cargos políticos concedido às mulheres em 1961, pela constituição implementada após a independência de Ruanda (BURNET, 2012). A primeira mulher parlamentar começou a servir em 1965. No entanto, antes do genocídio em 1994, as mulheres ruandesas nunca ocuparam mais de 18% dos assentos no parlamento do país (POWLEY, 2007, p. 4).

Esse panorama começou a mudar no final da década de 1980, em decorrência da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Nairóbi, em 1985. Neste período, várias organizações nacionais de mulheres foram fundadas. Em 1986, havia 1.457 organizações registradas, sendo 493 delas grupos socioeconômicos de mulheres⁶ e 143 delas eram registradas como ONGs de mulheres. Alguns exemplos dessas organizações são: Duterimbere, uma cooperativa de microcrédito e empréstimos para mulheres; Haguruka, um grupo de defesa dos direitos legais de mulheres e crianças; e Reseau des femmes oeuvrant pour le development rural, uma organização que prestou assistência técnica às organizações de mulheres rurais. (NEWBURY & BALDWIN, 2001; BURNET, 2008; BERRY, 2018) Nota-se que essas organizações emergentes não advinham das redes feministas internacionais e sim do suporte de projetos promovidos pelo Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD) e pelo Banco Mundial.

Em 1992, cedendo às pressões das organizações de mulheres, o governo de Habyarimana criou o Ministério de Promoção da Família e da Mulher (MIFAPROFE), cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento econômico para melhorar o status de mulheres e crianças. Neste período, houve um relativo ganho de autonomia das mulheres na sociedade e algumas conquistaram lugares de destaque, como a própria esposa do presidente Habyarimana, Agathe Kanziga. (BURNET, 2008)

A primeira-dama era considerada por alguns como sendo o real poder por trás do presidente, pois era uma figura central de um grupo exclusivo e poderoso, composto de influentes extremistas hutus, conhecido como akazu (BERRY, 2018). Além disso, Agathe

⁶ Grupos compostos por mulheres que eram voltados para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Kanziga Habyarimana participou de diversas reuniões da rede Network Zero, que é acusada de ter planejado o genocídio nos seus primeiros dias. (MCGREAL, 2010; POWLEY 2003)

Uma outra mulher que desempenhou um papel de destaque na época foi Agathe Uwilingiyimana que teve um papel político proeminente e se tornou Primeira Ministra em 18 de julho de 1993. Porém, durante o seu mandato, ela foi frequentemente retratada em literaturas extremistas e caricaturas políticas como sexualmente promíscua e uma ameaça para a nação, demonstrando a insatisfação dos hutus extremistas em ter uma mulher em um cargo tão alto.

Agathe Uwilingiyimana foi o primeiro alvo a ser morto pelos hutus extremistas durante o genocídio, mesmo sendo de etnia hutu, o que demonstrou uma mensagem clara de que nenhuma moderação ou oposição seria tolerada, principalmente das mulheres. Essa e outras ações dos hutus extremistas apontam que a crescente autonomia conquistada pelas mulheres foi retaliada durante o genocídio, quando essas foram alvo com base não apenas em sua etnia, mas também por seu gênero. Milhares de mulheres tutsis e hutus foram submetidas à agressão sexual e tortura, incluindo estupro, incesto forçado e oblação de peito.⁷ (NEWBURY & BALDWIN, 2000; POWLEY, 2003, 2007)

Por outro lado, na outra ponta do conflito, as mulheres desempenharam um papel significativo dentro do RPF, crucial para o sucesso do movimento. Diversas mulheres participaram da Frente na conquista de Ruanda, algumas até atingindo a liderança do RPA, como a tenente-coronel Rose Kabuye, e de comissões importantes no RPF, como Aloysia Inyumba - comissária financeira responsável pela construção de uma rede mundial de captação de recursos, Ann Gahongayire – comissária dos assuntos sociais – e Christine Omutoni – comissária dos refugiados. (PRUNIER, 1998)

2.2 As mulheres e o RPF

O envolvimento com o RPF desde o início do movimento proporcionou às mulheres uma plataforma para defender a sua inclusão durante a fase de transição e consolidar esses ganhos na nova constituição. Um exemplo notável ocorreu com Aloysia Inyumba, que se tornou a primeira Ministra dos Assuntos da Mulher após o genocídio (como dito, ela foi da Comissão de Finanças do RPF anteriormente) e é considerada por muitos ruandeses como a "mãe fundadora" de questões de gênero em Ruanda no pós-genocídio. A tenente-coronel Rose

⁷ Existe uma bibliografia que aponta as mulheres não só como vítimas, mas também como agentes de violência, a exemplo de: "A calamity in the neighborhood: women's participation in the Rwandan genocide." (ADLER et al., 2007), "Female perpetrators of the Rwandan genocide" (BROWN, 2014), "Not So Innocent: When Women Become Killers" (African Rights, 1995), "A Woman's Work" (LANESMAN, 2002).

Kabuye explica, em uma entrevista fornecida em 2003 para Elizabeth Powley (2007), o envolvimento das mulheres no RPF:

Tudo começou em Uganda, com o início da luta [da RPF] ... os homens não começaram sozinhos. Como as mulheres faziam parte do que estava acontecendo, os homens começaram a cooperar... Se espalhou assim... as mulheres assumiram [grandes] responsabilidades. Após a luta, os homens perceberam que as mulheres são trabalhadoras, que elas podem fazer [qualquer coisa]. (KABUYE apud POWLEY, 2007, p. 5)

Como citado por Kabuye, o envolvimento das mulheres no RPF começou nos seus primórdios, em Uganda, a partir da intrínseca relação do RPF com o NRM já apresentada no primeiro capítulo do presente estudo. De fato, as políticas de inclusão das mulheres na governança instituídas em Ruanda são muito similares às do NRM pois, assim como o RPF posteriormente, Musevini integrou mulheres ao partido, nomeando-as para cargos importantes no Gabinete e no Supremo Tribunal, e foi garantida uma reserva de assentos para mulheres no Legislativo. (BURNET, 2008)

Porém, mais do que a inspiração para a elaboração das políticas em si, o NRM serviu de exemplo para os líderes do RPF compreenderem como as políticas de aprimoramento da representação política das mulheres podem ser adotadas de maneira totalmente compatível com o regime autoritário. Além disso, Uganda é um exemplo de como a promoção da igualdade de gênero pode ampliar a coalizão de apoio ao regime, pois com o apoio do NRM à igualdade política, educacional e econômica, as mulheres se tornaram uma das suas maiores bases de apoio no governo. (TRIPP, 2010; DONNO & KREFT, 2019)

Portanto, o RPF utilizou as mesmas estratégias do NRM para fortalecer o partido, integrando as mulheres desde o início, incluindo-as tanto nas dimensões políticas quanto militares da Frente durante a luta de 1990 a 1994. Após o fim do genocídio, o RPF aumentou a participação das mulheres na governança, ao nomear ministras, secretárias de estado, juízas da Suprema Corte e parlamentares no novo governo, passando a comandar 30% do congresso. (BURNET, 2008). Essa estratégia os distinguia dos partidos de oposição em Ruanda e cativava as mulheres, que formavam a maioria da população, para apoiarem o RPF durante o período de transição.

Porém, é importante destacar que essa inclusão das mulheres não necessariamente torna a mentalidade do partido como um todo progressista ou inclusiva. Durante e após o genocídio, diversos autores apontam que os próprios soldados do RPF violentaram, humilharam, estupraram e mataram mulheres hutus e suas crianças em vingança pela violência cometida por homens hutus (NOWROJEE, 1996; DESFORGES, 1999; POWLEY, 2003; NEWBURY & BALDWIN, 2010).

Um oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos descreve uma entrevista realizada com Paul Kagame em dezembro de 1993, durante as negociações da Paz de Arusha, que mostra poucas intenções de colocar as mulheres em posições de destaque no exército Ruandês após o conflito.

Quando perguntado sobre qual seria o papel das mulheres nas forças armadas nacionais ruandesas no pós-guerra, *Kagame afirmou que o papel das mulheres nas forças armadas, e especialmente o possível papel nas operações de combate, é uma questão controversa para todas as sociedades.* Em Ruanda, o governo tem mulheres na política militar, enquanto o RPF incluiu mulheres combatentes em suas unidades de combate. *O papel das mulheres nunca foi abordado nem nas negociações de paz nem em nenhuma das reuniões conjuntas de coordenação e integração das forças do Governo de Ruanda e do RPF realizadas até o momento.* Kagame continuou dizendo que *espera que as mulheres sejam inicialmente restritas a servir na política militar,* enquanto a nova alta comissão para o comando do exército, em consulta com o ministro da Defesa, determinará qual deve ser o seu papel no exército no futuro. (USDOS, 1993, tradução e grifo nosso)

Portanto, é necessário compreender os motivos e intenções por trás do discurso de igualdade de gênero difundido durante o governo de transição e posteriormente o governo de Kagame, pois a construção da imagem do RPF como defensor da igualdade de gênero não foi feita por acaso. Essa construção foi realizada com o intuito de obter ganhos políticos para o RPF. O próprio Kagame fala em uma outra entrevista: “the decision to involve women, we did not leave it to chance” (KAGAME apud KRISTOFF & WUDUNN, 2010, p. 212), ou seja, a decisão de incluir as mulheres na política e na economia não foi feita apenas por um acaso ou boa vontade, e sim, a partir de uma análise meticulosa dos ganhos políticos dessa estratégia.

Do ponto de vista doméstico, é mais seguro proporcionar um avanço nos direitos das mulheres para demonstrar uma maior representatividade do que realizar reformas eleitorais ou aumentar a liberdade da sociedade civil, posto que essas reformas podem representar uma ameaça direta à sobrevivência do regime. Já o avanço dos direitos das mulheres não exige, nem necessariamente leva, a uma maior abertura política (DONNO & KREFT, 2019). Já pela perspectiva internacional, o avanço das políticas de igualdade de gênero sinaliza modernidade, democratização e rende elogios da comunidade internacional, que podem se traduzir em diversos benefícios, devido aos incentivos internacionais para tais medidas em um contexto de normas globais de gênero em evolução (BUSH, 2011).

Portanto, investir nos direitos das mulheres para construir uma imagem de um governo igualitário e democrático pode resultar em um efeito estabilizador para regimes autoritários, proporcionando a sua perpetuação. Sob essa perspectiva, os direitos das mulheres serão analisados em dois âmbitos: políticos e econômicos. Os direitos políticos se referem ao direito de votar, de participar ou liderar partidos políticos, de ser representado e poder peticionar ao

governo, como também concorrer a cargos políticos (DONNO & KREFT, 2019). Veremos mais adiante como esses direitos políticos foram aplicados em Ruanda, com a criação do Ministério de Promoção do Gênero e da Família (MIGEPROF) e a adoção de cotas políticas, e de que forma eles resultaram em ganhos obtidos pelo RPF.

Já os direitos econômicos das mulheres abrangem direitos de possuir propriedades e participar de trocas econômicas, como também os direitos de poder buscar emprego em uma ocupação de sua escolha, de forma livre e autônoma, e receber pagamento equivalente, além de ser livre de assédio sexual e discriminação na contratação. (DONNO & KREFT, 2019) A instituição de alguns direitos econômicos para as mulheres, como o direito à herança e posse de terras, se tornou essencial devido à necessidade de reconstrução da economia após o genocídio, como veremos a seguir.

2.3 As ruandesas no pós-genocídio

Após o fim do genocídio, 70% da população Ruandesa era composta por mulheres, que tiveram que recompor suas vidas e reconstruir o país a partir dos escombros de uma sociedade dizimada. Muitas mulheres ficaram completamente desamparadas, sem sequer um lugar para morar e a pobreza extrema dificultou que cuidassem de crianças e outros parentes que sobreviveram. (NEWBURY & BALDWIN, 2000)

“Sentimos como se tivéssemos perdido tudo, como se tivéssemos sido arrancadas de nossa pele. As pessoas careciam de comida, roupas e moradia.” (NEWBURY & BALDWIN, 2000, p. 3, tradução nossa).

Milhares de mulheres passaram por histórias como a de Claudine Mukakarisa, a única sobrevivente de sua família tutsi que morava em Butare, uma cidade ao sul de Ruanda. Claudine havia sido sequestrada aos treze anos, junto com sua irmã mais velha, depois de hutus extremistas atacarem e matarem o resto da sua família. Elas foram levadas para uma casa de estupro hutu, onde foram estupradas por muitos milicianos que faziam fila para estuprar as mulheres tutsis durante dias.

“Eles começaram a violar sexualmente nós duas e depois começaram a nos bater. Começamos a apodrecer em nossos órgãos reprodutivos e larvas estavam saindo de nossos corpos. Caminhar era quase impossível, por isso nos arrastamos” quando o exército de Kagame derrotou os genocidas, a milícia hutu fugiu para o Congo, mas levou Claudine e sua irmã também. Um membro da milícia matou sua irmã, mas finalmente deixou Claudine ir. “Não sei por que fui libertada e minha irmã morreu”, disse ela, dando de ombros. Provavelmente foi porque ela estava grávida. Claudine ficou intrigada com a barriga inchada, pois ainda não fazia ideia dos fatos da vida. “Eu pensei que não poderia engravidar, porque me disseram que uma garota só engravida se ela é beijada na bochecha, e eu nunca fui beijada”. Ainda com apenas treze anos e muito grávida, Claudine viajou pelo país tentando encontrar ajuda. Ela

deu à luz sozinha em um estacionamento. Incapaz de ver como ela iria alimentar o bebê, e odiando o pai desconhecido por tê-la estuprado, Claudine o abandonou para morrer. "Mas meu coração não me permitiu fazer isso, então voltei e peguei meu bebê". Claudine implorou por comida nas ruas, e ela e o bebê mal sobreviveram. "Muitas pessoas me enxotavam porque eu estava fedendo". Depois de vários anos, um tio acolheu Claudine, mas ele exigiu sexo dela em troca de abrigo. Quando ela engravidou novamente, ele a expulsou. Com o tempo, Claudine descobriu que podia conseguir empregos em jardinagem ou lavagem de roupas, geralmente ganhando cerca de US \$ 1 pelo dia de trabalho. Ela conseguiu colocar seus dois filhos na escola, mas por pouco: as taxas eram de US \$ 7 por criança por período, então ela e seus filhos sobreviviam dia após dia. (KRISTOFF & WUDUNN, 2010, p. 213-214, tradução nossa)

Assim como Claudine, milhares de mulheres perderam seus pais e esposos e se viram obrigadas a assumir diversos papéis como chefes de família (as que ainda a possuíam), líderes de comunidades e provedoras financeiras. Elas enterraram os mortos, acolheram quase 500.000 órfãos, cuidaram dos velhos e enfermos e construíram abrigos para sobreviver. (POWLEY, 2003)

Nesse contexto, as organizações de mulheres desenvolveram um papel crucial para a reconstrução da vida individual destas e da sociedade como um todo. As organizações femininas retomaram as atividades que desempenhavam antes do genocídio, agregaram mais ações e novas entidades foram criadas para preencher o vazio social no período pós-genocídio. Essas organizações ajudaram a atender as necessidades básicas das mulheres (como comida, roupas e abrigo) e a compensar os sistemas de apoio social destruídos no genocídio. Essa dedicação proporcionou um grande crescimento das organizações de mulheres, tornando-as um dos setores mais ativos da sociedade civil entre 1994 e 2003.

Uma das entidades mais importantes no período pós-genocídio foi a Pro-Femmes Twese Hamwe, que atua como uma espécie de guarda-chuva para diversas organizações de mulheres. Fundada em 1992, a Pro-Femmes cresceu de 13 organizações membros no início dos anos 90, para 35 no final de 1996 e 41 em 2006. No final da década de 90 sua liderança era composta por um grupo diversificado de mulheres ruandesas, incluindo hutus, proeminentes viúvas tutsis e tutsis exiladas que retornaram de países como Uganda, Burundi e Zaire. (BURNET, 2008)

Newbury e Baldwin (2001) atribuem o crescimento e a proliferação de organizações de mulheres em Ruanda a quatro fatores: (1) a terrível crise que as mulheres enfrentaram após o genocídio, que as forçou a se unirem para reconstruir a sociedade; (2) a tradição histórica das organizações sociais e das cooperativas agrícolas de Ruanda, parte delas de mulheres; (3) suporte técnico e monetário fornecido pela comunidade internacional; e (4) as políticas do governo de Ruanda, encabeçadas pelo MIGEFASO/MIGEPFROF.

Desses fatores, é importante destacar a ajuda internacional e a assistência técnica, que fizeram contribuições fundamentais para o crescimento das organizações de mulheres na sociedade civil. A partir do início dos anos 90, as entidades de ajuda das Nações Unidas e organizações bilaterais começaram a dar foco à assistência para mulheres e crianças ao prover assistência em sociedades devastadas pela guerra. Por causa dessa nova tendência, as mulheres ruandesas e suas organizações se beneficiaram de uma ajuda especial: milhões de dólares doados pela comunidade internacional no período. (BURNET, 2008)

Essa influência econômica externa favoreceu o apoio do governo à causa das mulheres ao canalizar os investimentos internacionais de entidades de ajuda e das Nações Unidas para aplicar em projetos nacionais. Em 1998, um congresso do RPF encarregou Aloysia Inyumba, a Ministra das Mulheres e dos Serviços Sociais, de construir uma rede nacional de grupos de mulheres, coordenando fundos de ajuda internacional para o empoderamento das mulheres, alocados para o seu ministério (REYNTJENS, 2011). Existe porém, a preocupação de que se os doadores canalizarem recursos através de sistemas governamentais, as organizações da sociedade civil poderão perder fundos para exercer suas funções de influência política e prestação de serviços (ALPIZAR ET AL, 2010).

Após o genocídio, as mulheres assumiram também as funções de trabalho que antes eram desempenhadas por homens. No meio rural, as mulheres já participam ativamente do cultivo de alimentos, porém, após o genocídio elas tiveram que agregar diversas outras atividades que eram tradicionalmente realizadas por homens, como cuidar do gado, vender sua produção e elaborar estratégias de geração de renda, organizar as finanças domésticas, além de construir e consertar a casa. (NEWBURY & BALDWIN, 2000)

Já nas áreas urbanas, as mulheres tiveram dificuldades para encontrar emprego ou outras atividades que gerem renda, como também garantir direitos à moradia e obter recursos para alugar. Apesar da clara diferença no estilo de vida entre o campo e a cidade, existia um grande obstáculo comum a todas as mulheres: elas não tinham direitos que garantissem o acesso à propriedade e os bens dos seus maridos e parentes mortos, pois pela lei, nenhuma mulher podia legalmente possuir propriedades. (ibidem)

Por isso, levando em consideração que a maior parte da população do país era feminina e que muitas dessas viraram chefes de família, o país corria um sério risco de não conseguir se recompor economicamente, pois as mulheres não tinham como utilizar as propriedades deixadas por seus pais e maridos falecidos no genocídio para seguirem suas vidas, tornando essa questão um entrave econômico para o país. Em 5 das 12 províncias de Ruanda, o percentual

de casas em que viúvas eram chefes de família era superior a 60%: Byumba (66,5%), Kibungo (65,7%), Butare (65%), Gisenyi (63,5%), Ruhengeri (62,9%) e Cyangugu (61%). (NEWBURY & BALDWIN, 2000)

Em 1999, as implicações da situação demográfica pós-genocídio tornaram necessária a conquista do direito à herança para mulheres e órfãos, pois restaram às mulheres administrar as propriedades das famílias. A Pro-Femmes, juntamente com o Ministro de Gênero, Família e Assuntos Sociais (MIGEFASO), lideraram a iniciativa de proporcionar a institucionalização da Lei de Herança. (BURNET, 2008)

2.4 Inserção das mulheres nas políticas econômicas

A legislação, comumente chamada de Lei de Herança, era uma emenda ao Código Civil que estabelecia três regimes matrimoniais e tornava legal a obtenção de heranças pelas mulheres. Embora referida como "Lei de Herança", essa lei também concedeu às mulheres plenos direitos legais para celebrar contratos, procurar emprego remunerado, possuir propriedades em seus próprios nomes e separadamente de seus maridos e abrir contas bancárias sem a autorização de seus maridos ou pais. Aprovada pela Assembleia Nacional em novembro de 1999, a lei reconfigurou dramaticamente as práticas costumeiras de herança e concedeu às meninas direitos iguais aos meninos em questões de herança. (BURNET, 2008)

Em 2004, seguindo a tendência da igualdade de direitos entre homens e mulheres garantida pela Constituição de Ruanda promulgada em 2003, a Política Nacional de Terras inclui nos seus princípios a igualdade de gênero e atesta que:

De acordo com o princípio constitucional de igualdade para todos os cidadãos, todos os ruandeses gozam dos mesmos direitos de acesso à terra sem qualquer tipo de discriminação de acordo com este princípio. As mulheres, casadas ou não, não podem ser excluídas do processo de acesso à terra e aquisição de terras e controle de terras, e a criança do sexo feminino não pode ser excluída do processo de herança da propriedade do solo. (RWANDA, 2004, p. 23, tradução nossa)

Por último, o documento final da nova política e lei de terras ruandesas, a Lei Orgânica de Terras (OLL), contém uma série de artigos relevantes para garantir os direitos a posse de terras às mulheres. As conquistas em relação ao direito de posse foram fundamentais para dar acesso às mulheres aos seus próprios bens e permitir-lhes realizar negócios e celebrar contratos por direito próprio, implicando uma reestruturação fundamental dos direitos das mulheres. (BURNET, 2008)

O desenvolvimento da lei de Heranças e da Lei de Terras, culminando na OLL, é um ótimo exemplo para analisar como e por que a ação conjunta da sociedade civil de mulheres com o governo de Ruanda pôde obter sucesso na aprovação dessa legislação mesmo sob um regime autoritário. Burnet (2008) aponta quatro motivos para explicar esse fenômeno: (1) o reconhecimento da necessidade de proteger os direitos das viúvas do genocídio e dos órfãos pelo governo, por ser um grupo de especial vulnerabilidade após o genocídio; (2) as mulheres líderes da sociedade civil adquiriram experiência suficiente para saber manipular o Estado, ao explorar os objetivos comuns; (3) essas lobistas associaram sua defesa em termos de política focada na família, apelando ao senso de justiça dos homens pelas suas mães e mulheres; e por fim, (4) a presença de mulheres nos ministérios e no Parlamento, com a aprovação do RPF que as indicou, as davam acesso aos tomadores de decisão do governo, por isso o trabalho conjunto da sociedade civil com as mulheres inseridas nas estruturas do governo foi uma característica de sucesso para a aprovação da lei.

Porém, além dessas características políticas e sociais, existem outras motivações econômicas que ocasionaram o sucesso dessa legislação e de outras conquistas políticas para as mulheres. As Leis de Herança e de Terras foram um exemplo da convergência dos interesses do governo com os interesses de grupos de mulheres, pois após o genocídio existia a necessidade de reorganização das propriedades. Muitos donos de propriedades morreram, outros fugiram com suas famílias e muitos refugiados tomaram propriedades que pertenciam a outras pessoas pois não tinham onde morar.

Como dito anteriormente, muitas das mulheres que sobreviveram ao genocídio se tornaram chefes de família e, como legalmente elas não tinham como reivindicar as propriedades de seus pais e maridos, muitas ficaram desabrigadas, o que dificultou consideravelmente a reconstrução das suas vidas. Em 1999, o Banco Mundial estimou que 70% das famílias de Ruanda viviam abaixo da linha de pobreza, dentre as principais razões para essa pobreza estão a falta de acesso à terra e falta de trabalho. (NEWBURY & BALDWIN, 2000) Para o governo, que buscava aprovação nacional e internacional, não era produtivo ter esses atrasos na reconstrução econômica do país, então a reorganização das propriedades foi uma das suas prioridades, que se alinhou às demandas das mulheres naquele momento.

Portanto, um dos maiores fatores para o sucesso do movimento de mulheres em Ruanda para a aprovação de políticas como a Lei de Herança, a Lei de Terras e outras, foi o apelo aos interesses e razões do governo, que, quando encontravam uma conexão comum aos apelos das mulheres, facilitavam a aceitação dessas demandas. As normas de gênero da ONU e projetos

do Women in Development do PNUD ajudaram as mulheres nessa convergência de interesses, pois essas iniciativas abordavam muitos dos ideais internacionais que o RPF buscava conquistar para atingir seus interesses e garantir um fluxo de investimentos para o país. (MAGEZABARTHEL, 2016)

Desde 1994, o Governo de Ruanda tinha recebido bilhões de dólares em ajuda internacional de grandes doadores, como EUA, Grã-Bretanha, Banco Mundial e Comissão Europeia, motivados em parte pela culpa coletiva da comunidade internacional por não ter interrompido o genocídio. Porém, no período de 1996 a 1998, relatórios oficiais apontaram homicídios em massa de Hutus refugiados no Zaire (atual República Democrática do Congo) influenciados pela ajuda do RPF a grupos rebeldes (HRW, 2000a; AMNESTY, 2001; UNHCHR, 2010; MSF, 2019), o que levou os EUA, a Alemanha e outras nações doadoras a ameaçarem reter aproximadamente US \$ 70 milhões em ajuda. (MANN & BERRY, 2016)

Ao ver que essa condenação internacional poderia comprometer a capacidade do regime de manter o controle, o Governo de Ruanda passou a projetar uma nova infraestrutura de poder, orientada para alcançar a independência econômica nacional e que possibilitava o controle e o uso da força contra os rivais. Essa nova perspectiva fez com que o Governo de Ruanda adotasse uma postura desenvolvimentista, ao implementar políticas como a Lei de Heranças e de Terras, além da Visão 2020⁸ e a Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Redução da Pobreza (EDPRS)⁹. (MANN & BERRY, 2016)

A Visão 2020 mostra como a visão da igualdade de gênero foi utilizada como forma de promover o desenvolvimento econômico, pois a questão de gênero surge como um elemento transversal potencializador para atingir a visão.

Os recursos humanos serão aprimorados, para que Ruanda possa se tornar uma economia baseada no conhecimento. [...] Enquanto outras áreas transversais como igualdade de gênero [...] são objetivos a serem perseguidos por si só; também contribuirão para o desenvolvimento de outros pilares e dos objetivos gerais da Visão. (KABERUKA; RWANDA, 2000, p. 4, tradução nossa)

O Governo de Ruanda, por meio da Visão 2020, procura transformar Ruanda em um país de renda média até 2020. O papel das mulheres na concretização dessa Visão é crítico. O Governo reconheceu e demonstrou, em palavras e práticas, que, para

⁸ Visão 2020 é um programa de desenvolvimento lançado em 2000 pelo Ministério De Finanças e Planejamento Econômico de Ruanda durante o mandato do presidente Paul Kagame. Versão original da Visão 2020 disponível em: <https://www.sida.se/globalassets/global/countries-and-regions/africa/rwanda/d402331a.pdf>. Versão atualizada em 2012 disponível em: http://www.minecofin.gov.rw/fileadmin/templates/documents/NDPR/Vision_2020_.pdf.

⁹ O EDPRS foi um planejamento de médio prazo elaborado para alcançar as aspirações de desenvolvimento de longo prazo do país, conforme a Visão 2020, o programa de sete anos do Governo de Ruanda e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Documento do EDPRS disponível em: <http://www.statistics.gov.rw/publication/economic-development-poverty-reduction-strategy-2008-2012>. Uma segunda fase do EDPRS foi elaborada em 2012.

acelerar a consecução de sua Visão e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mulheres e homens devem igualmente participar e se beneficiar de processos de desenvolvimento (Visão 2020; EDPRS). (RWANDA, 2011, p. 15)

Seguindo a mesma tendência da Visão 2020, a Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Redução da Pobreza (EDPRS) também chama atenção para a igualdade de gênero como meio de desenvolvimento econômico, ao afirmar que “os objetivos específicos do ensino superior para alcançar essas prioridades incluem atingir o crescimento nas matrículas e a equidade de gênero” (RWANDA, 2007, p. 59).

Por sua vez, a própria Política Nacional de Gênero é utilizada como uma ferramenta para facilitar a implementação de vários programas governamentais de curto e longo prazo para alcançar a meta de desenvolvimento sustentável da nação. A exemplo de vários programas de igualdade de gênero associados à Política Nacional de Gênero que estão diretamente ligados aos objetivos de crescimento econômico, como as metas sobre 'Empoderamento econômico para emprego, crescimento e mercados', 'Habilidades para a sociedade baseada no conhecimento' e 'Setor privado'. (DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013)

Com relação ao empoderamento das mulheres e à promoção de sua participação socioeconômica e política, continuamos a fazer progressos modestos. Acreditamos que, além de melhorar as relações de gênero em nosso país, isso marca um progresso saudável para a concretização de nossa visão de uma Ruanda unida, democrática e próspera.” (KAGAME apud RWANDA, 2010, p. 2)

Com efeito, as políticas públicas efetuadas para aumentar a representação feminina na economia trouxeram muitos elogios para o presidente Paul Kagame e o RPF. Em janeiro de 2007, Kagame foi selecionado como vencedor do Prêmio Africano de Gênero 2007 por sua liderança em esforços para integrar as "mulheres no processo de reconstrução", "lutar contra a violência baseada no gênero" e proteger "os direitos das mulheres em igualdade de educação, desenvolvimento econômico e poder possuir de propriedades, particularmente em zonas rurais" (BURNET, 2008).

Porém, apesar dessas políticas terem dado especial atenção à inclusão das mulheres na economia, o que já se caracteriza como um passo para a busca da igualdade de gênero no país, pode-se notar que está implícito neste discurso que as motivações da implementação dessas políticas foram o desenvolvimento econômico de Ruanda, utilizando a força de trabalho das mulheres para obter tal fim, e não a promoção da igualdade de gênero para melhorar as condições econômicas das mulheres em si. O Ministério das Finanças e Planejamento Econômico reitera essa visão ao afirmar que a promoção da igualdade de gênero “facilita o crescimento econômico e acelera a redução da pobreza” (MINECOFIN, 2011).

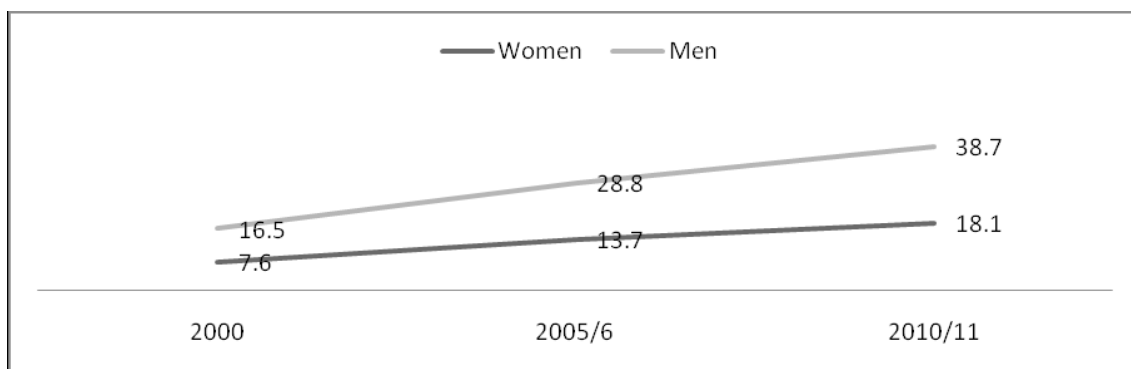
É possível inferir que, nessas políticas, o problema da desigualdade de gênero é formulado como um problema de exclusão das mulheres da economia formal, reduzindo a amplitude da igualdade de gênero a uma questão meramente econômica, especialmente no setor de empregos formais. Entretanto, quando as questões de gênero competem com os objetivos de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade definidos pelo governo, a prioridade é dada ao último em detrimento ao primeiro. (DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013)

2.5 Objetivos econômicos versus igualdade de gênero

Essa priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da igualdade de gênero pode ser observada em alguns exemplos. Primeiramente, as políticas econômicas causam um grande impacto na marginalização do trabalho informal, em que as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho deste segmento, tendo um efeito prejudicial crítico para o desenvolvimento econômico dessas mulheres (MANN & BERRY, 2016; DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013). Isso ocorre porque os esforços do governo de Ruanda para atrair projetos de grande escala e intensivos em capital desencorajam iniciativas do setor informal de pequena escala, geralmente baseadas em áreas rurais e na agricultura de subsistência, dominada pelas mulheres (ANSOMS & MURISON, 2012).

Além disso, a estratégia do governo de formalizar o setor informal ampliou a lacuna entre os salários dos empregos formais bem pagos e trabalhos informais relacionado à agricultura e assistência (cuidar de pessoas), realizados em sua maioria por mulheres (PERRONS, 2005). Essa lacuna ampliou as divisões de classe e de gênero, pois os homens conseguiram obter uma vantagem desproporcional com o aumento de empregos formais não-agrícolas. Abbott e Rwirahira (2012) apontam que a proporção de homens empregados em trabalhos formais não relacionados à agricultura cresceu mais rapidamente do que a proporção de mulheres, quase dobrando a diferença de remuneração entre estes gêneros de 2000 a 2011.

Tabela 2 – Porcentagem de homens e mulheres que possuem empregos não-agrícolas (2000 a 2011)



Fonte: NISR, 2006; NISR, 2012.

Mesmo dentro do setor formal, o foco do governo está no mercado, enquanto a perspectiva de gênero parece ser um complemento. Em 2009, a licença-maternidade paga para as mulheres que trabalham no setor privado foi reduzida de doze para seis semanas. Essa medida, que contradiz os padrões da Organização Internacional do Trabalho, foi implementada para reduzir os custos para o setor privado e atrair investimentos estrangeiros. Apesar do movimento das mulheres ter tentado impedir que essa lei fosse aprovada, ao argumentar que ela contraria o compromisso com a igualdade na economia prescrito na Constituição e na Política Nacional de Gênero, elas não obtiveram sucesso. (DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013)

Além disso, as mulheres continuam sendo constrangidas desproporcionalmente pelos papéis tradicionais de realizar trabalhos domésticos e cuidar das crianças. Ao inserir esse fator na conta, as mulheres trabalham muito mais horas do que os homens, mas ganham muito menos em comparação. (ABBOTT; RWIRAHIRA, 2012) A tabela 3 mostra que as mulheres trabalham mais horas do que os homens em todos os tipos de domicílios ruandeses, ao somar o trabalho doméstico e o gerador de renda. As jornadas de trabalho mais longas são de mulheres que vivem em casas chefiadas por homens, quase 54 horas por semana. Já as menores jornadas de trabalho, 36 horas, são de chefes de família masculinos.

Tabela 3 – Horas de trabalho de homens e mulheres em domicílios ruandeses

	Hours in domestic tasks		Hours in income-generating activities			Hours in all activities	Sample size
	Inside the homestead	Outside the homestead	Farming on own land	Non-farm market work	Farm wage work		
Male head	6.46	5.68	21.62	35.25	22.23	36.11	3,410
Widow head	16.56	6.47	20.73	20.22	17.77	43.75	997
Wife of head	24.33	8.04	22.37	21.71	15.69	53.93	3,328
Other adult man	6.63	6.91	23.51	42.23	33.63	40.71	1,356
Other adult woman	17.06	8.12	21.56	31.24	19.60	48.91	1,460
Teenage boy	8.60	8.37	24.03	42.91	41.49	40.12	523
Teenage girl	17.05	10.03	20.51	34.40	18.33	46.73	533
Average	17.86	7.41	21.96	33.46	22.69	44.80	-

Fonte: SCHINDLER, 2010.

Ademais, os costumes tradicionais continuam a reforçar a desigualdade de gênero entre os papéis dos homens e das mulheres na sociedade, com a ajuda de algumas leis e estatutos que reforçam legalmente a visão da mulher como subserviente ao homem. O Código Civil de 1988 define o homem como chefe da família e exige que a esposa viva em casa, enquanto uma lei de 1913 exige que a mulher tenha a permissão do marido para exercer um emprego remunerado ou iniciar uma empresa.¹⁰ (ABBOTT; RWIRAHIRA, 2012)

Esses exemplos mostram que, ao mesmo tempo que houve um avanço na inserção das mulheres em políticas desenvolvimentistas, estas também provocaram alguns entraves para o desenvolvimento econômico das mulheres na prática, corroborando com a ideia de que os interesses econômicos prevalecem sobre às políticas de gênero. Isso contesta a visão apresentada pelo Governo de Ruanda de que o desenvolvimento é um benefício inquestionável para todos, principalmente quando esse desenvolvimento é analisado a partir de níveis gerais de aumento de renda (GDP), sem observar o nível de distribuição da sociedade (PURDEKOVÁ, 2012).

Não obstante, existem estudos empíricos que apontam que a desigualdade na verdade aumentou em Ruanda no pós genocídio (UNDP, 2007), mas muitas vezes essas visões divergentes são silenciadas pelo RPF com a retórica de que, como o desenvolvimento ajuda a população como um todo, os ganhos individuais são menos importantes do que a cooperação para alcançar o bem coletivo, tornando o desenvolvimento inquestionável. Isso mostra que no processo de desenvolvimento as pessoas também podem perder poder, ao invés de ser empoderadas, como pode ser observado no caso das mulheres.

¹⁰ Apesar da Constituição ser a lei mais importante hierarquicamente, a lei escrita não cobre todos os âmbitos. As pessoas continuam a seguir algumas das regras antigas e habituais, criando assim uma divisão entre a lei codificada e o que acontece na prática.

2.6 Desenvolvimento e inclusão: A estratégia do RPF

Com a ascensão de Kagame para o posto de Presidente essa estratégia desenvolvimentista foi aprofundada e perspectivas como a inclusão das mulheres, que iniciou de forma incidental à consolidação política, se tornou uma das formas do Estado aprofundar o poder. Além disso, essa estratégia transformou a visão internacional sobre Kagame e o RPF, de governante despótico para parceiro de desenvolvimento, aumentando a tolerância internacional para a natureza autoritária do regime, chegando a retratar Kagame quase como um ditador benevolente. (MANN & BERRY, 2016; PURDEKOVÁ, 2012)

Pode-se observar essa relação entre desenvolvimento e força coercitiva também nas relações domésticas de poder. Purdeková (2012) explica como o RPF transformou o desenvolvimento em uma meta abrangente, com todas as outras metas subjugadas a ele, inclusive o discurso de unidade e reconciliação do povo Ruandês, pois como o desenvolvimento está ligado ao investimento internacional, a imagem de unidade e reconciliação é mais importante do que a própria realização da unidade e reconciliação.

Além disso, o discurso do RPF de que a pobreza é a causa de conflitos e que em nome do desenvolvimento as pessoas devem perdoar a posição impositiva do regime, transforma o desenvolvimento em uma justificativa para o alto policiamento, a redução da dissidência e liberdade de expressão da sociedade. Ou seja, como o RPF se considera o único ator capaz de trazer o desenvolvimento para Ruanda, assim como eles foram os responsáveis pelo fim do genocídio, as críticas ao partido são encaradas pelo governo como ameaças ao desenvolvimento e a unidade do povo ruandês, portanto, agindo como um meio de perpetuação do monopólio do partido. (PURDEKOVÁ, 2012; MANN & BERRY, 2016)

Essa propaganda positiva do RPF como salvador de Ruanda por acabar com o genocídio e ser o único que pode trazer o desenvolvimento para reconstruir o país é difundida com o objetivo de capitalizar a culpa internacional pelo genocídio para obter investimentos e uma grande tolerância internacional sobre atos autoritários do regime. Essa estratégia é chamada por Reyntjens (2011) de “domesticação do mundo”, assegurando a legitimidade do regime a nível internacional e a atração de recursos para o país, o que provoca um ambiente propício à continuidade do monopólio de poder do RPF e a liberdade de ação para controlar a população por meios pouco democráticos. Purdeková (2012) resume essa visão ao afirmar que “conflito é o que pressiona as pessoas a doarem; desenvolvimento é o que garante que elas doem muito” (p. 204).

A partir dessa visão, o governo de Ruanda conecta a promoção da igualdade de gênero a um projeto nacionalista mais amplo, se apropriando do discurso de igualdade de gênero para fins de construção da identidade nacional desenvolvimentista, democrática e inclusiva. (LORENTZEN, 2018) Essa identidade, por sua vez, é construída como parte da estratégia de conquistar a tolerância internacional para as ações autoritárias do RPF, além de criar um ambiente favorável aos negócios para atrair projetos de grande escala e intensivos em capital, através da capitalização da culpa internacional pela sua falta de ação no genocídio. (MANN & BERRY, 2016; PURDEKOVÁ, 2012; REYNTJENS, 2011)

As mulheres se apresentam como um ator especialmente interessante para essa estratégia de domesticação internacional, pois (1) elas constituem mais da metade da força de trabalho que é necessária para atingir os objetivos de desenvolvimento da economia para criar um ambiente favorável aos negócios internacionais; (2) a crescente atenção internacional para a igualdade de gênero atraiu diversas organizações e grandes doadores para a causa, ampliando o leque de investimentos para o Governo de Ruanda; e (3) a visão do governo como igualitário na questão de gênero transmite uma imagem de inclusão e democracia para a comunidade internacional, o que aumenta a tolerância da mesma para com as ações autoritárias do regime, tornando o ambiente propício aos negócios internacionais.

Portanto, é possível inferir que as ações inclusivas e desenvolvimentistas do regime estão sendo usadas para justificar um sistema político autoritário que exerce elevado controle sobre a sociedade, enquanto os seus resultados são, no mínimo, questionáveis. Apesar do RPF ter incluído as mulheres nas políticas econômicas de Ruanda, alegando essa ação como um compromisso com a igualdade de gênero, há indícios de que a imagem de inclusão para favorecer os interesses do partido é mais importante do que o próprio compromisso de atingir a igualdade de gênero. Por isso, na racionalidade do RPF, a inserção das mulheres no âmbito econômico não é um objetivo final, e sim um meio para atingir os interesses do partido.

Destarte, embora o ímpeto de tornar o desenvolvimento mais inclusivo na questão de gênero tenha se configurado como uma conquista para a representação das mulheres ruandesas, essa inclusão corre riscos quando existe uma apropriação do significado de igualdade de gênero para servir como base para a construção de uma agenda desenvolvimentista que contraria os interesses democráticos e possibilita a perpetuação política do RPF. Essa racionalidade também pode ser identificada no âmbito político, que analisaremos a seguir.

3 Inserção das mulheres na política

Como visto no capítulo anterior, apesar do RPF apresentar um discurso de inclusão das mulheres na economia e na política, na prática existem indícios que apontam uma posição mais autoritária do RPF, utilizando a inserção das mulheres como meio para atingir os interesses do partido, que culminam na perpetuação de um regime autoritário.

No âmbito político, a inserção das mulheres na política, com a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero e reforçada pela propaganda de líderes femininas ligadas ao RPF, foi apropriada pelo governo para construir uma visão do partido como inclusivo e democrático. Por sua vez, essa visão é utilizada como uma forma de conquistar a tolerância internacional para as ações autoritárias do regime. Não obstante, na prática, a forma com que foi feita essa inserção possibilitou um elevado controle do governo sobre a sociedade, a partir da monopolização de poder e da eliminação da oposição ao regime.

Goetz e Hassim (2003) corroboram essa visão ao afirmar que por vezes os Estados se mostram comprometidos em promover os direitos das mulheres, mas não têm a intenção de realizá-los. Isso ocorre porque, para as lideranças políticas do país, o discurso inclusivo é atrativo devido aos ganhos políticos associados à demonstração de sensibilidade à causa, mas a organização civil das mulheres é considerada sem influência suficiente para assegurar a responsabilidade do governo na implementação dessa igualdade de gênero, principalmente quando a democracia e a liberdade de contestação daquele país é limitada.

Podemos observar a inserção das mulheres na política através de três tipos de engajamento: (1) o acesso, ou seja, as mulheres são consultadas pelos representantes e instituições públicas, proporcionando o diálogo; (2) presença, através da representação feminina na política; e (3) influência, ou seja, o poder de influenciar a aprovação de políticas e garantir a prestação de contas sobre sua implementação. O cumprimento de cada uma dessas formas de engajamento público nos permite compreender até que ponto a inserção das mulheres na política se reflete em um aumento de influência para as mesmas nas arenas políticas de tomada de decisão.

É possível inferir que muitos dos esforços para aumentar o número de mulheres na política não necessariamente aumentam sua influência no processo de tomada de decisão. Ao contrário, alguns desses esforços tendem a ser utilizados como forma de apoiar o projeto de legitimação do Estado. Além disso, esses esforços podem resultar em uma forma de prejudicar a legitimidade das mulheres como representantes, porque elas são vistas como incapazes de

participar ativamente da política sem o auxílio de medidas constituintes artificiais do governo. (GOETZ; HASSIM, 2003)

Portanto, o principal foco nos esforços para aumentar a efetividade política das mulheres deve ser a influência na prestação de contas com o governo para responder às demandas das mulheres e aplicar sanções caso seus direitos não sejam respeitados. Dentre outros fatores, essa influência pode ser analisada através da extensão da democracia na sociedade civil e nos partidos políticos e o quanto as mulheres possuem voz dentro desses grupos.

Essas perspectivas serão analisadas em Ruanda a seguir, a partir da ação do MIGEPROF com a implementação de Conselhos locais de mulheres e da política de cotas para mulheres no parlamento. Por fim, será analisada a influência das mulheres na política ruandesa para observarmos as motivações do governo para a implementação de políticas de Igualdade de Gênero em Ruanda e como elas foram utilizadas para legitimar a ação do RPF na perpetuação de um governo autoritário.

3.1. Acesso: MIGEPROF e Conselho de Mulheres

Em Ruanda as medidas de engajamento político para as mulheres serem consultadas pelos representantes e instituições públicas foram implementadas pelo MIGEPROF, com a criação de conselhos locais de mulheres para garantir o acesso da mulher à política.

Como dito anteriormente, com o crescente aumento na quantidade de organizações de mulheres da metade da década de 80 ao início da década de 90 e o início de uma abertura à democracia, em 1992, o governo de Habyarimana criou o Ministério de Promoção da Família e da Mulher (MIFAPROFE), cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento econômico para melhorar o status de mulheres e crianças.

Como parte da reorganização do Poder Executivo, em 1997 o MIFAPROFE foi reativado, mudando o seu nome para Ministério de Gênero, Família e Assuntos Sociais (MIGEFASO). Pela primeira vez, o país tinha um ministério dedicado não apenas às mulheres, mas também ao gênero. O ministério foi reorganizado em 1999 e renomeado para Ministério de Promoção do Gênero e da Mulher (MIGEPROF). O MIGEPROF tinha como objetivo principal promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, com um foco especial na integração das discussões de gênero em diferentes instituições, principalmente nos ministérios do governo (MIGEPROF, 2018).

No início de 1998, o MIGEPROF organizou "eleições nacionais" para a liderança representativa entre as mulheres em todos os níveis de administração do governo, desde o nível

mais baixo (denominado célula) até o nacional. Inicialmente chamados de "estruturas femininas de base" e mais tarde renomeados "conselhos de mulheres", seus propósitos oficiais foram múltiplos, inclusive para promover os interesses das mulheres no desenvolvimento, aconselhar as estruturas de governança local sobre suas questões e a ensiná-las a participar da política. (BURNET, 2008)

No entanto, em 1998, na prática a maioria dos ruandeses rurais (homens ou mulheres, inclusive algumas mulheres que são membros deles) não entendiam a missão de tais conselhos. Fora das poucas comunidades onde as ONGs estavam implementando projetos para o desenvolvimento das mulheres, essas estruturas existiam apenas nominalmente ou simplesmente serviram como um canal para disseminar diretrizes governamentais de cima para baixo. Elas eram meros símbolos de inclusão, que pareciam estar de acordo com as ideias de ajuda externa e ajudando a implementar a vontade de algumas pessoas na hierarquia do governo, ao invés de estruturas de base que proporcionavam uma consulta pública às mulheres. (BURNET, 2008)

Reconhecendo a falta de um propósito claro para os conselhos de mulheres, em 1999 o Ministério anunciou a implementação de fundos de desenvolvimento feminino a serem distribuídos através dessas estruturas como empréstimos para financiar projetos geradores de renda. Esses fundos foram destinados a penetrar no nível célula da administração, isto é, diretamente para as "bases". No entanto, entre 1999 e 2001, a maioria das mulheres locais não sabiam que esses fundos existiam ou se eles estavam funcionando em suas comunidades, como também não foram detectadas melhorias significativas na situação das mulheres camponesas. Geralmente, apenas algumas mulheres de elite, que também ocupavam posições na estrutura de base das mulheres, sabiam sobre os fundos. (BURNET, 2008)

Isso pode ser explicado pelo fato de que muitas vezes as políticas de igualdade de gênero foram orientadas pela elite e para a elite, sem necessariamente consultar a população. Essa elite é composta de mulheres urbanas, em sua maioria nascidas e criadas em um país vizinho na época do exílio, que possuem poucos vínculos com mulheres camponesas nascidas e criadas em Ruanda. Esse distanciamento das mulheres do campo, criou uma visão simplista das mulheres da elite sobre as restrições enfrentadas pelas pequenas agricultoras, que por vezes se traduzia em uma percepção negativa do conhecimento e da experiência delas (ANSOMS, 2009; DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013).

A cooptação de algumas dessas mulheres da elite foi utilizada também como estratégia de controle do RPF. Reyntjens (2011) aponta que em 1998, um congresso do RPF colocou

Aloysia Inyumba, Ministra do MIGEPROF, como encarregada de construir uma rede nacional de grupos de mulheres, usando fundos de ajuda internacional para o empoderamento feminino alocados ao seu ministério. Para muitas dessas mulheres de organizações e conselhos locais, foram prometidos cargos dentro dos conselhos distritais ou até assentos no Parlamento, em troca de apoio ao RPF.

Portanto, boa parte das representantes que ocupavam posições de liderança nos conselhos locais de mulheres ganharam credenciais formais para o início da sua carreira política. Além disso, sua participação em organizações comunitárias deu a elas a rede de contatos e a experiência necessárias para concorrer às posições de liderança política. Por outro lado, essa cooptação de lideranças locais para o RPF, ajudava a implementar os ideais do governo nas estruturas de base, aproximando o partido dos cidadãos comuns. (BERRY, 2018)

Porém, nota-se que essa interação do RPF com as mulheres nos conselhos locais foi efetiva para mobilizar os cidadãos a agir conforme os interesses do Estado, mas não necessariamente proporcionaram uma consulta às demandas das mulheres. Na prática, os conselhos locais de mulheres parecem ser mais um instrumento “top-down” que é útil quando o governo precisa que uma mensagem seja transmitida ao nível local, porém como as comunidades não estão sendo efetivamente ouvidas, a dinâmica “bottom-up” não ocorre, sendo limitada a, no máximo, um compartilhamento de informações. (DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013)

Portanto, por serem uma estrutura do governo, os conselhos locais não têm abertura para a contestação política e o diálogo proporcionado se torna superficial. O que se observa é que o alinhamento entre as organizações de mulheres, conselhos locais e o RPF proporciona a Ruanda a imagem de uma nação unida e representativa, mas com esse controle do partido nas estruturas de base e nas organizações, a sociedade civil perde espaço de acesso ao diálogo político (HOGG, 2009). O acesso à política que parece ter sido efetivo foi direcionado a algumas mulheres da elite que se aproveitaram desse espaço para ascender politicamente.

3.2. Presença: Cotas políticas

3.2.1. Cotas de cargos políticos para mulheres

A presença de mulheres em cargos políticos de Ruanda em sua história recente é um feito muito difundido na comunidade internacional. O motivo para isso é que o país lidera o ranking mundial em quantidade de mulheres no parlamento e tem a distinção de ser o único

país do mundo com mais deputadas femininas do que masculinos. O fato de que o país conseguiu atingir o número de 61.25% de mulheres em seu parlamento em 2013 (IPU, 2019) é reconhecido como um marco para as mulheres de todo o mundo, também é uma situação inédita em qualquer outro lugar. Em todo o mundo, as mulheres ainda representam menos de um quarto (21,9%) dos parlamentares (ibidem).

Em todo o mundo, os esforços para aumentar a participação política das mulheres mostraram avanços nas últimas duas décadas. Em 1995, houve a Conferência de Pequim, na qual representantes pediram aos governos que as mulheres ocupassem ao menos 30% dos lugares em seus governos. Para alcançar o objetivo de Pequim, alguns governos africanos usaram diferentes tipos de cotas para aumentar a participação das mulheres no governo. (IGHOBOR, 2015) Essas cotas resultaram em um número sem precedentes de mulheres sendo eleitas ou nomeadas para cargos de tomada de decisão em todos os níveis.

Em Ruanda, a cota de 30% de cargos políticos para as mulheres foi implementada na constituição de 2003 e rapidamente obteve resultados notáveis. Logo após a promulgação da constituição, na eleição de 2003, as mulheres ocuparam 48,8% dos assentos na câmara dos deputados e 34,6% dos assentos no senado, garantindo a Ruanda o título de país com maior representatividade política de mulheres do mundo. Em 2013, esse número chegou a 61,3% de mulheres na câmara dos deputados e 38,5% no senado, se tornando o primeiro país a ter mais de 50% de representação de mulheres no parlamento. (IPU, 2019)

Tabela 4 – Porcentagem de mulheres no parlamento de Ruanda

Year	% Women in Parliament
1981	6.3
1983	12.9
1988	17.1
1994	4.3
2003	48.8
2008	56.3
2013	63.8

Fonte: Elaborada por BERRY, 2018 com base em UNData; IPU; Women in Parliaments 1945-1995.

Enquanto a conquista da maior representatividade das mulheres no parlamento e senado representam uma vitória simbólica para as ruandesas, o principal impacto se deu na maior

participação nos cargos de governança locais. Muitas mulheres foram eleitas em cargos políticos de nível local em postos onde não existem cotas para as mulheres e a sua candidatura foi efetuada pela população em eleição aberta. A aceitação da representatividade das mulheres pelas comunidades locais sinalizou uma grande mudança positiva em relação às atitudes públicas e à visão cultural acerca das mulheres, legitimando-as como agentes públicos no senso comum da população rural. (BURNET, 2011)

Porém, é preciso compreender os motivos do RPF, que geralmente limita o espaço democrático, ter adotado uma postura de apoio à inserção das mulheres em cargos políticos. Alguns autores apresentam a perspectiva de que, quando o RPF tentou garantir e legitimar seu controle após o fim do genocídio, as mulheres surgiram como um grande grupo de eleitores que o partido poderia mobilizar com segurança em sua estrutura hierárquica, pois as mulheres constituíam a maior parte da população, estavam sendo reconhecidas pelo trabalho de reconciliação e recuperação da sociedade após o genocídio e eram vistas como menos propensas à contestação política e étnica. (LONGMAN, 2006; STRAUS & WALDORF, 2011; BERRY, 2015; DONNO & KREFT, 2019).

Essa estratégia é refletida também pelo lugar valorizado que as mulheres ocupavam no RPF, desde suas origens em Uganda no período do exílio. As vagas em posições de liderança do país, ocasionadas por diversas renúncias possivelmente forçadas, também permitiram que mulheres de confiança do RPF assumissem cargos de poder, a exemplo de Rose Kabuye, que se tornou prefeita da capital Kigali, e Aloisea Inyumba¹¹, que se tornou ministra do MIGEPROF. (BERRY, 2018)

Nesse contexto político, o RPF começou a incentivar as mulheres a ingressar na política, apoiando mulheres que estavam surgindo como líderes de organizações e conselhos locais, priorizando aquelas que possuíam uma conexão direta com o partido (BERRY, 2018). O Presidente Kagame se destaca nesse meio como um defensor dos direitos das mulheres, ao afirmar a importância de políticas de empoderamento feminino, como “parte das políticas de libertação de maneira mais geral” (KAGAME, 2014).

Por outro lado, essa promoção de mulheres no governo se mostra como um instrumento fundamental dentro de uma estratégia mais ampla de consolidação do controle político do RPF, a partir do papel que essas mulheres exercem para a conscientização política da população,

¹¹ Ambas desenvolveram um papel importante para o RPF no período da conquista de Ruanda e consolidação do partido, como descrito no capítulo 1 e 2 do presente estudo.

captando votos e incentivando outras a entrar na política. Em particular, as líderes ruandesas são compelidas a:

- Solicitar às mulheres que participem nas próximas eleições em grande número;
 - *Incentivar as mulheres a eleger um candidato competente nas próximas eleições, capaz de ganhar os votos de mulheres e homens, em vez de necessariamente votar em uma mulher que possa ser menos competente* (ou seja, o candidato indicado pelo partido);
 - Educar as mulheres sobre a legislação existente que lhes concede direitos, especialmente nos campos de boa governança e desenvolvimento nacional;
 - Incentivar as mulheres a participar e participar de organizações populares e do governo local;
 - *Ajudar outras mulheres a ingressar em sindicatos e partidos políticos* (quase todos os partidos de Ruanda são coligados ao RPF);
 - Incentivar as mulheres a combater a discriminação em todos os campos e promover a mulher com base no mérito;
 - Incentivar as mulheres a aprender sobre o funcionamento da imprensa como um meio pelo qual expor opiniões políticas e *lutar contra uma cultura ou crenças que levam ao subdesenvolvimento* (na visão do RPF, críticas ao partido são vistas como cultura anti-desenvolvimentista¹²).
- (IPU, 2003. Tradução, grifo e comentários em parênteses nossos)

No entanto, ainda que a Ruanda aparente ser um dos países mais pró-mulheres do mundo, o país não vê o feminismo como uma boa coisa (WARNER, 2016). Além disso, se a constituição de Ruanda é, por um lado, progressista em termos de direitos das mulheres, ainda precisa avançar em áreas como a liberdade de expressão e o respeito às minorias étnicas.

3.2.2. Desafios para a representação feminina na política

Os avanços significativos para a igualdade de gênero na política ruandesa se deparam com atitudes patriarcais de uma sociedade tradicional. Com isso, podemos inferir que as reformas nem sempre se estendem a todos os níveis da sociedade, que, mesmo no topo, há uma resistência considerável a algumas delas e que alguns estigmas do patriarcado persistem na cultura do povo ruandês.

Existem diversas barreiras econômicas, sociais e culturais que impedem a habilidade das mulheres de executar mudanças no âmbito político. Como, por exemplo, a política patriarcal, ou a crença de que os homens devem naturalmente tomar decisões e que o lugar para uma mulher é o lar. Além disso, as mulheres muitas vezes carecem de habilidades, educação e experiência para sobreviver na política. A política é cara e muitas mulheres não possuem os recursos financeiros para suceder nela, principalmente quando precisam se preocupar em sobreviver e tentar satisfazer as necessidades básicas de suas famílias. (IGHOBOR, 2015)

¹² Como explicitado no capítulo 2.

Segundo Elizabeth Powley (apud BAZZO, 2015), diretora-executiva da Aliança Internacional Heartland, mesmo diante de uma melhora, as mulheres do país ainda saem perdendo dos homens em termos de educação, direitos legais, acesso à saúde e a outros recursos. Outro fator a ser levado em conta é a disparidade entre a realidade urbana das maiores cidades de Ruanda e as áreas rurais e vilarejos. As mulheres que residem nessas áreas periféricas possuem um acesso precário à educação e oportunidades e, por isso, dificilmente ascendem politicamente.

Com isso podemos começar a perceber que alguns obstáculos à igualdade de gênero em Ruanda ainda persistem. No meio político há preconceito em relação à inexperiência de algumas parlamentares, que acabam precisando "provar" sua competência como líderes, além de haver uma diferença de status entre as mulheres que conquistaram seus assentos em competição aberta com os homens e aquelas que estão no Parlamento por causa das cotas. A violência na política africana também pode desencorajar a participação. Geralmente, as mulheres sentem "uma sensação de vulnerabilidade à intimidação política e à violência", observa uma pesquisa do Afrobarômetro. (IGHOBOR, 2015).

Portanto, a partir da política de inserção de cotas para aumentar a participação das mulheres no governo, é inegável que durante o período pós-genocídio as mulheres conseguiram diversas conquistas em Ruanda. Porém, alguns autores argumentam sobre a ineficácia das políticas públicas de cotas em alguns âmbitos e questionam suas intenções políticas, ao analisar se a crescente representação de mulheres nos poderes executivo, legislativo e judiciário apresentou resultados expressivos, dada a crescente natureza autoritária do governo de Ruanda. (LONGMAN, 2006; BURNET, 2008; REYNTJENS, 2011; HOGG, 2009; BERRY, 2018)

3.3. Influência? Limitação e apropriação das mulheres na política pelo RPF

É possível observar que neste cenário de inserção das mulheres na representatividade política através das cotas, o RPF utilizou algumas estratégias para limitar a influência delas no processo de tomada de decisão. Por outro lado, a ação dessas mulheres na política foi apropriada para garantir os interesses do partido na perpetuação do seu poder. Essas dinâmicas podem ser inferidas a partir da análise de algumas consequências negativas para as mulheres em decorrência do aumento da participação feminina no governo de Ruanda, apontadas por Jennie E. Burnet (2008).

3.3.1. Perda de liderança da sociedade civil

Em primeiro lugar, a migração de mais mulheres para os âmbitos legislativo, judicial e executivo do governo, bem como nas estruturas administrativas de base, resultou numa perda de capital humano para as organizações da sociedade civil. Posto que, dado o difícil terreno político, a perda de líderes experientes diminui a eficácia da defesa de direitos em questões importantes, pois as líderes mais novas da sociedade civil não têm a experiência necessária para manobrar nos bastidores. (BURNET, 2008)

Como visto anteriormente, participar de organizações da sociedade civil foi a forma mais comum de inserção na carreira política para muitas das mulheres da elite ruandesa. Em um estudo com 40 mulheres que exerciam posições de liderança em cargos políticos realizado por Berry (2018), 77,5% disseram ter se envolvido em uma organização de mulheres ou de base antes de entrar na política e 67,5% trabalhavam com uma ONG ou ONGI mais formal.

Muitas dessas mulheres afirmaram também que a sua exposição a algumas questões sociais enquanto trabalhavam nessas organizações as motivaram a querer influenciar pessoas por meio de estruturas governamentais, a exemplo de Judith Kanakuze, que foi uma das pioneiras na defesa das questões de gênero antes do genocídio e se tornou uma das primeiras mulheres a entrar na política a partir do seu trabalho na sociedade civil, ao assumir uma posição no Governo de Transição e ser uma das três mulheres na Comissão Constitucional que originou a constituição de 2003. (BERRY, 2018)

Porém, alguns autores (BURNET, 2008; ROMBOUTS, 2006; BERRY, 2018) apontam que essa captação de lideranças das organizações de mulheres pelo RPF foi motivada pela estratégia de assolar as vozes que se destacavam no crescente movimento de mulheres, fazendo-as adotarem a agenda do partido. Isso resultou em um enfraquecimento da sociedade civil, pois as lideranças que assumiram o vácuo deixado pelas que entraram na política não tinham experiência suficiente para dirigir corretamente as organizações, nem influência para defender os interesses das mesmas.

Um exemplo das consequências dessa perda de liderança para a sociedade civil de mulheres, é a Réseau des Femmes, que vivenciou a renúncia de algumas de suas líderes de posições estratégicas dentro da organização para ingressarem no governo a partir de 2003. Esse vácuo ocasionado pela antiga liderança não foi suprido corretamente, resultando em má administração da organização, que acabou endividada. (BURNET, 2008)

Não obstante, as lideranças de organizações da sociedade civil que resistiram à tentação da carreira política não tiveram tampouco um destino promissor. O Human Rights Watch

(2007) denunciou a ocorrência de assassinatos de líderes de organizações civis que possuem indícios de terem sido ocasionados por motivações políticas. Além disso, o governo fechou diversas organizações civis, sob a acusação de estarem veiculando uma ideologia genocida, e muitos ativistas e líderes do movimento de mulheres fugiram do país temendo por suas vidas. (BERRY, 2018)

Portanto, com o seu silenciamento, a sociedade civil não consegue exercer efetivamente o papel de contrabalancear o poder do Estado. Neste cenário, a cooptação da liderança das organizações de mulheres para o RPF ajuda a enfraquece-la ainda mais. A perda de capital humano experiente ocasiona um déficit na capacidade de administrar as organizações, influenciar a adoção de políticas e prestar contas com o governo, resultando em pouca possibilidade de oposição ao controle do partido à longo prazo e, consequentemente, na manutenção da estrutura de poder do RPF.

Uma outra consequência é que o aumento da participação feminina na governança pode dificultar a cooperação entre as mulheres na sociedade civil e as mulheres no governo. Pois, em Ruanda, algumas mulheres da sociedade civil sentem que as mulheres que se juntaram ao RPF no governo, foram levadas a deixar de lado o ativismo, que influencia na formação de políticas e a prestação de contas sobre a implementação dessas políticas, em nome do seus próprios interesses. (BURNET, 2008)

Várias mulheres do movimento ativista criticaram as mulheres parlamentares por não serem próximas da população, nem buscarem atender às demandas desta. Parte dessas críticas advém de uma visão de que as mulheres do parlamento se acomodaram em suas posições de poder, ignorando a realidade do resto da população. Já outras culpam o sistema eleitoral hierárquico controlado pelo RPF, pois as candidatas aparentam estar mais preocupadas em cumprir as diretrizes do partido do que as demandas dos eleitores. (DEBUSSCHER & ANSOMS, 2013)

3.3.2. Apropriação da representação das mulheres para a legitimação da agenda do RPF

A última consequência negativa apontada por Burnet (2008) para as mulheres, a partir do aumento da participação feminina na política em Ruanda, é que a representação legislativa feminina pode ser usada por líderes políticos e partidos para legitimar suas agendas. E, especificamente em Ruanda, o regime RPF usou políticas de apoio às mulheres para atingir seus próprios fins de dominação. O fato de ter designado representantes de mulheres no

Parlamento e em outros ramos do governo foi utilizado como uma maneira de garantir representantes leais para o partido, pois das 24 mulheres parlamentares eleitas, todas elas são aprovadas pelo RPF (REYNTJENS, 2011).

Apesar da ação parlamentar das mulheres ter obtido alguns ganhos como a Lei de Herança e a inserção em projetos de desenvolvimento¹³, esses ganhos aparecem de forma pontual. Por outro lado, desde 2001 mulheres parlamentares votaram em projetos de lei que, por exemplo, destruíram os únicos partidos de oposição. Isso deu ao presidente e à RPF ferramentas poderosas para erradicar as dissidências, eliminar a autonomia da sociedade civil e reduzir o espaço público para críticas ao governo, à RPF ou a suas políticas. (BURNET, 2008)

Isso mostra que embora as mulheres constituam boa parte do parlamento desde 2003, elas não apresentaram mudanças substanciais para resultar em políticas que apresentem evoluções profundas na situação de todas as classes de mulheres ruandesas, nem políticas que explorem além do tema das mulheres, muito menos políticas que apresentem uma ampliação da liberdade e da democracia, que resultariam em uma redução da estrutura autoritária do RPF. (HOGG, 2009). Ao contrário, algumas políticas implementadas pelas mulheres serviram para fortalecer a agenda de dominação do RPF.

Portanto, o resultado dos mais de 60% das mulheres no parlamento foi também uma promoção do regime autoritário do RPF, como igualitário na questão de gênero e inclusivo, mostrando o aumento da representação política para as mulheres como um indicativo do processo de democratização. Porém essa associação da inserção das mulheres como um indicativo de aumento de democracia se mostrou problemática, pois as mulheres não adquiriram nível de influência e liberdade política necessárias para atender às demandas da sociedade e ter um efeito transformador na política ruandesa. Ou seja, é possível inferir que as afirmações do RPF de que o aumento da presença de mulheres na política levou a uma maior tolerância à diferença, propensão a construir e manter a paz e avanço dos ideais democráticos não se aplicam à realidade de Ruanda. (ibidem)

De fato, na prática, é possível observar uma tendência oposta. Quando essas mulheres se empoderaram o suficiente para se atreverem a representar uma oposição ao governo de Kagame, elas foram imediatamente silenciadas. Com efeito, o RPF acusa qualquer pessoa que discorde do governo de divisionista, genocida ou apresenta outras acusações, como roubo, sem necessariamente apresentar provas para esses crimes. (HOGG, 2009; LONGMAN, 2006; REYNTJENS, 2011)

¹³ Destacados no capítulo 2 do presente estudo, na seção 2.4 “Inserção das mulheres nas políticas econômicas”.

3.4. Mulheres na oposição

É notável que Kagame se mostrou um grande apoiador da ascensão política feminina desde o início de seu governo e ajudou inclusive no estabelecimento das cotas para mulheres nesse âmbito. No entanto, essa empatia não parece se estender a quem não está do seu lado.

Diane Shima Rwigara é uma empresária e contabilista que criticou o autoritarismo de Kagame e anunciou sua intenção de desafiá-lo nas eleições presidenciais de 2017. Poucos dias depois, falsas fotos nuas dela surgiram on-line e se espalharam pelas mídias sociais ruandesas. Ainda assim ela continuou com seus esforços políticos, até que o governo a impediu de se tornar candidata formalmente, alegando que ela havia forjado as assinaturas necessárias para obter a candidatura de seu nome (ATTIAH, 2017).

Após ser desqualificada, ela anunciou seu desejo de iniciar um movimento juvenil. Porém, novamente fotos nuas falsas dela se espalharam pela Internet. Além de ser humilhada e silenciada pública e politicamente, Rwigara, sua mãe e sua irmã foram presas em setembro de 2017 sem direito à fiança, pela acusação de evasão fiscal, falsificação e incitação à insurreição. Elas foram torturadas, mantidas em prisão solitária e chegaram a ficar sem alimentos e medicamentos durante uma semana (ibidem).

O silenciamento de Rwigara, uma jovem com pouca experiência política que não representava exatamente uma grande ameaça para o governo de Kagame, vai de encontro ao seu discurso de igualdade e a democracia ruandesa. Essa contradição deixa clara a mensagem de que a única agenda política aceita em Ruanda é a de Kagame e do RPF, como também que os esforços de democratização são apenas figurativos e irrisórios.

Rwigara não foi a única, outras mulheres ruandesas que se atreveram a desafiar Kagame para a presidência não foram bem-sucedidas. Alvera Mukabaramba foi a primeira mulher a fazer campanha contra Kagame, em 2003. No entanto, no dia anterior às eleições, ela abruptamente passou a apoiar Kagame (ibid.). Nem as mulheres que exerceram posições proeminentes dentro do RPF escaparam deste destino quando apresentaram qualquer tipo de acúmulo de poder que pudesse chegar a ameaçar Kagame.

Rose Kabuye exerceu um papel importante no RPF e desenvolveu uma carreira notável na política após o genocídio¹⁴. Depois de quatro anos como prefeita de Kigali, ela ingressou no parlamento e se tornou presidente do Comitê de Defesa e Segurança, como também era um

¹⁴ Como visto no capítulo 2 do presente estudo.

membro ativo do Fórum Parlamentar das Mulheres. Após ela ter sido presa na Alemanha, acusada de ter um papel ativo na derrubada do avião com presidente Habyarimana, tido como o estopim do genocídio, uma multidão de ruandeses realizaram diversos protestos a favor de Kabuye e houve uma comoção na mídia, mostrando-a como heroína do RPF. (KIMENYI, 2018)

Porém, as autoridades do partido não ficaram satisfeitas com a popularidade adquirida por Rose. Foi possível observar que nome de Kabuye não estava mais sendo anunciado na mídia estatal. Mais tarde, ela foi demitida de seu emprego no Gabinete do Presidente e lentamente caiu no esquecimento. Além disso, seu marido, David Kabuye, foi preso, passou seis meses na prisão por posse ilegal de arma de fogo e depois de cumprir sua sentença, foi preso novamente sob diferentes acusações. (MFIZI, 2015)

Rose Kabuye não foi a única. Durante uma reunião do partido em 2014, várias mulheres foram alertadas sobre suas atividades supostamente subversivas a partir de uma lista. Essa lista continha nomes de várias mulheres que em algum momento haviam ocupado cargos de alto nível no governo ou em outras instituições estatais, incluindo Rose Kabuye, Mary Baine (ex secretária do Ministério das Relações Exteriores), Imaculee Uwanyirigira (ex-embaixadora dos Países Baixos), entre outras. (ibidem)

Após essas ameaças, muitas mulheres do RPF passaram a evitar uma postura que pudesse prejudicar as suas carreiras e passaram a concordar automaticamente com as decisões do partido, reduzindo a sua liberdade de manobra política. Isso evidencia o paradoxo do RPF, que alegou defender a inserção das mulheres na política com a implementação das cotas de gênero, mas o que se observa na prática é que o partido silencia as suas próprias representantes. (ibid.)

Mesmo com esse comportamento contraditório, os esforços de promover uma suposta igualdade de gênero na política renderam uma maior tolerância da comunidade internacional, para as ações do partido. Houve um certo nível de aceitação para o discurso do RPF de que a maior presença das mulheres na política foi reflexo de um governo mais representativo, com maior propensão à manter a paz e o avanço dos ideais democráticos.

3.5. Tolerância da Comunidade Internacional

As políticas públicas efetuadas para aumentar a representação feminina na governança trouxeram muitos elogios para o presidente Paul Kagame e o RPF¹⁵. Em fevereiro de 2007, o

¹⁵ Evidenciados também no capítulo 2 deste estudo.

Fórum de Mulheres Parlamentares Ruandesas organizou uma conferência internacional, "Gênero, Nação: o papel dos parlamentos". Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, esta conferência reuniu 400 delegados de todo o mundo em Kigali para discutir o papel dos parlamentos na promoção da igualdade de gênero como componente fundamental do desenvolvimento político. Entre os ilustres participantes da conferência, estava a presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, a primeira mulher africana que já foi eleita presidente, cujo discurso no plenário destacou a utilidade das políticas profissionais do RPF e seu papel relativamente novo como anfitrião de conferências internacionais:

“As políticas governamentais encorajaram as mulheres não só a participar do processo democrático, mas também a serem participantes diretos na governança de suas sociedades e países. Isso facilitou a criação de redes a nível local, nacional e internacional, criando assim um ambiente político apropriado que continua a nutrir o que você pode chamar orgulhosamente de sua democracia cultivada em casa (...) À luz de tais conquistas no contexto do seu recente passado político, nós o parabenizamos e encorajamos por terem levantado o desafio de criar uma rede que tenha se concentrado em um processo de construção da nação sustentado pela perspectiva de gênero” (BURNET, 2008, p. 372).

É notável neste discurso uma promoção de Paul Kagame como difusor da igualdade e da democracia para a comunidade internacional. A manutenção desse discurso é primordial para o RPF, pois a presença de forças externas, como organizações internacionais foram essenciais para o financiamento e a ascensão do partido.

Portanto, há indícios de que as políticas em prol da mulher instituídas pelo RPF, assim como seus esforços para “democratizar” e “modernizar” a sociedade ruandesa, dão prerrogativa para a comunidade internacional ignorar o autoritarismo do regime e os abusos dos direitos humanos efetuados pelo RPF, com uma atitude de pomenorizar as violações em comparação ao genocídio do passado, para depois enumerar os sucessos do RPF, como a promoção dos direitos das mulheres.

Porém, como exposto neste capítulo, essa apropriação do discurso de igualdade de gênero para passar a imagem de um governo democrático se mostrou problemática. Posto que, apesar do RPF ter promovido políticas de inserção das mulheres na política em Ruanda, na prática o engajamento das mulheres na política foi limitado pelo partido. Dessa forma, a inserção das mulheres na política não resultou necessariamente em um aumento da influência desse grupo no processo de tomada de decisão, limitando a representatividade e, consequentemente, a perspectiva de aumento da democracia que é divulgada para a comunidade internacional.

Há indícios para inferir que uma das principais motivações para o RPF promover a inserção das mulheres na política é o papel que a imagem da igualdade de gênero exerce no projeto de legitimação do governo. O partido se apropriou deste discurso para construir uma identidade nacional democrática e inclusiva para conquistar uma visão positiva da comunidade internacional, mas que não condiz com a realidade de acordo com os indícios apontados.

Essa estratégia pode ter sido adotada em Ruanda para suprir a pressão de doadores multilaterais e bilaterais sobre os países em desenvolvimento de aumentar a participação política das mulheres, principalmente em situações de pós-conflito, devido à uma visão difundida pela comunidade internacional de que as mulheres na política e na sociedade civil são precursoras de uma governança democrática (HOGG, 2009). A conquista dessas premissas para os doadores internacionais são importantes para manter a visão de Ruanda como um país propício aos investimentos internacionais, que corrobora a ideia de domesticação do mundo de Reyntjens (2011) discutida anteriormente¹⁶.

Nesse contexto, a participação das mulheres na política surge como um disfarce para outros aspectos em que a democracia não foi alcançada, como a liberdade de expressão, pluralidade partidária, liberdade associativa, eleições livres e justas, entre outras premissas apontadas por Dahl para um governo de larga escala ser considerado realmente democrático. Além disso, a ação das mulheres na política também é utilizada para fortalecer o RPF a nível nacional, ao se apropriar da propaganda das mulheres para aumentar a base de eleitores e dos votos destas no parlamento para legitimar a agenda do partido.

¹⁶ Conceito abordado no capítulo 2 do presente estudo (p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar temas de gênero, democracia e desenvolvimento na comunidade internacional, nos deparamos com uma ampla visão positiva ao correlacioná-los, mas o caso de Ruanda exemplifica porque é necessária uma visão crítica sobre os discursos dos governantes, mesmo quando incentivam a igualdade de gênero, por exemplo, para observar as relações de poder e controle contidas nas entrelinhas. Ruanda demonstra um exemplo perfeito da necessidade desse cuidado, ao ter um presidente que discursa a favor da igualdade de gênero na economia e na política como forma de impulsionar os esforços desenvolvimentistas e democráticos do Estado, mas que, por outro lado, não tolera nenhum tipo de dissidência e restringe a liberdade e a democracia no país.

Com o presente estudo, foi possível observar como essas duas faces de um governo estão correlacionadas para a obtenção de um mesmo objetivo: a manutenção do RPF no poder. Essa dinâmica foi observada a partir do objetivo proposto de analisar se e como a inserção das mulheres na política e na economia contribuíram para manter um governo autoritário em Ruanda após o genocídio, tendo como objetivos específicos compreender a ascensão do RPF ao poder e o seu caráter autoritário, como também analisar a inserção econômica e política das mulheres ruandesas no pós-genocídio.

O estudo realizado se configurou como uma pesquisa de método qualitativo e exploratório, realizada através de revisão bibliográfica. Foram utilizados como instrumentos de análise, documentos e textos das mais variadas instituições, assim como notícias para a ilustração do tema. Entretanto, a maior parte da bibliografia encontrada sobre o tema geralmente estavam focadas ou na inserção política das mulheres em Ruanda, devido à sua notória primeira posição no ranking mundial de mulheres no parlamento, ou na análise do caráter autoritário do partido. Existem poucos estudos voltados para a compreensão de como esses dois temas sobre Ruanda estão correlacionados, muito menos como a comunidade internacional interfere nessa dinâmica, o que foi uma dificuldade inicial da pesquisa, mas que foi contornada ao fazer uma pesquisa bibliográfica sobre para cada ponto específico a ser discutido. A partir dessa compilação, foi possível responder satisfatoriamente às hipóteses propostas, como exposto no desenvolvimento de cada capítulo.

No primeiro capítulo foi possível observar como ocorreu a ascensão do RPF ao poder e quais as relações de poder e étnicas que motivaram a criação do partido. Nota-se que as influências externas durante esse período tiveram um grande impacto na formação dos seus

princípios, estratégias e formas de agir, como pode ser observado na estrutura hierarquizada e de características autoritárias apresentada pelo RPF, advindas da formação militar do partido. Além disso, a experiência ugandesa sobre a dinâmica do NRM com as mulheres, facilitaram a inclusão de mulheres no RPF e, posteriormente, uma maior inserção das mulheres na política e na economia ruandesa.

Uma outra perspectiva analisada no primeiro capítulo foi o caráter autoritário do RPF, pois apesar do governo apresentar um discurso democrático, na prática, o partido apresenta uma postura autoritária do RPF, utilizando os próprios atores da sociedade civil como meios para atingir a perpetuação do sistema, a exemplo das mulheres, que são o foco deste estudo. Como foi possível observar nos seguintes capítulos, investir nos direitos das mulheres para construir a imagem de um governo igualitário e democrático resultou em um efeito estabilizador para o regime autoritário do RPF, proporcionando a sua perpetuação.

Isso ocorre porque, do ponto de vista doméstico, é mais seguro proporcionar um avanço nos direitos das mulheres para demonstrar uma maior representatividade do que realizar reformas eleitorais ou aumentar a liberdade da sociedade civil, posto que o avanço dos direitos das mulheres não exige, nem necessariamente leva, a uma maior abertura política (DONNO & KREFT, 2019). Já pela perspectiva internacional, o avanço das políticas de igualdade de gênero sinaliza modernidade, democratização e rende elogios da comunidade internacional, que podem se traduzir em diversos benefícios, devido aos incentivos internacionais para tais medidas em um contexto de normas globais de gênero em evolução (BUSH, 2011).

No segundo capítulo, foi possível inferir que os direitos obtidos para proporcionar a inserção das mulheres na economia, sob uma ótica desenvolvimentista, foram apropriados pelo governo para justificar um sistema político autoritário para a comunidade internacional, enquanto os seus resultados são questionáveis. Essa justificativa faz parte da estratégia de conquistar a tolerância internacional para as ações autoritárias do RPF, além de criar um ambiente favorável aos negócios para atrair projetos de grande escala e intensivos em capital, através da capitalização da culpa internacional pela sua falta de ação no genocídio.

As mulheres se apresentam como um ator especialmente interessante para essa estratégia, pois primeiramente elas constituem mais da metade da força de trabalho que é necessária para atingir os objetivos de desenvolvimento da economia e, assim, criar um ambiente favorável aos negócios internacionais. Um outro fator importante é que a crescente atenção internacional para a igualdade de gênero atraiu diversas organizações e grandes doadores para a causa, ampliando o leque de investimentos para o Governo de Ruanda. Por fim,

a visão do governo como igualitário na questão de gênero transmite uma imagem de inclusão e democracia para a comunidade internacional, o que aumenta a tolerância da mesma para com as ações autoritárias do regime, tornando o ambiente propício aos negócios internacionais.

Já no último capítulo, foi possível concluir que a inserção das mulheres na política, com a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero e reforçada pela propaganda de líderes femininas ligadas ao RPF, foi apropriada pelo governo para construir uma visão do partido como inclusivo e democrático. Porém, por outro lado, o engajamento das mulheres na política foi limitado pelo partido. Dessa forma, a inserção das mulheres na política não resultou necessariamente em um aumento da influência desse grupo no processo de tomada de decisão.

O que se observou, na prática, foi que a forma com que foi feita essa inserção possibilitou um alto controle do governo sobre a sociedade, a partir da monopolização de poder e da eliminação da oposição ao regime, limitando a representatividade e, conseqüentemente, a perspectiva de aumento da democracia que é divulgada para a comunidade internacional.

Há indícios para inferir que uma das principais motivações para o RPF promover a inserção das mulheres na política é o papel que a imagem da igualdade de gênero exerce no projeto de legitimação do governo. O partido se apropriou deste discurso para construir uma identidade nacional democrática e inclusiva para conquistar uma visão positiva da comunidade internacional, mas que não condiz com a realidade de acordo com os indícios apontados.

Essa estratégia pode ter sido adotada em Ruanda para suprir a pressão de doadores multilaterais e bilaterais sobre os países em desenvolvimento de aumentar a participação política das mulheres, principalmente em situações de pós-conflito, devido à uma visão difundida pela comunidade internacional de que as mulheres na política e na sociedade civil são precursoras de uma governança democrática (HOGG, 2009). A conquista dessas premissas para os doadores internacionais são importantes para manter a visão de Ruanda como um país propício aos investimentos internacionais, que corrobora a ideia de domesticação do mundo de Reyntjens (2011).

Porém, existem poucos dados sobre como essas doações internacionais para Ruanda se comportam de fato, principalmente quais dessas doações são realizadas para a aplicação de projetos de igualdade de gênero. Inclusive, recomenda-se fazer um estudo futuro mais aprofundado sobre quais são as ajudas internacionais para a implementação de projetos de igualdade de gênero em Ruanda, como também, sobre como a ajuda internacional para Ruanda se comporta com as relações de gênero no país.

Recomendo também outros estudos futuros que podem ser fruto deste trabalho inicial, a exemplo de como as relações das redes interafricanas influenciaram a inclusão de mulheres; qual a relação da igualdade de gênero com governos autoritários; analisar como as ideias de igualdade de gênero têm influência nas instituições e vice-versa a partir do estudo de caso de Ruanda; e um estudo mais voltado para os indivíduos, para mostrar quais são essas mulheres da elite e porque elas em específico chegaram ao poder.

Por fim, observa-se que a participação das mulheres na economia e na política surgem como um disfarce para outros aspectos em que a democracia não foi alcançada, como a liberdade de expressão, pluralidade partidária, liberdade associativa, eleições livres e justas, entre outras. Além disso, a ação das mulheres na política também é utilizada para fortalecer o RPF a nível nacional, ao se apropriar da propaganda das mulheres para aumentar a base de eleitores e dos votos destas no parlamento para legitimar a agenda do partido.

Portanto, apesar do RPF ter incluído as mulheres na política e na econômica de Ruanda, alegando essa ação como um compromisso com a igualdade de gênero, a imagem de inclusão para favorecer os interesses do partido se mostrou mais importante do que o próprio compromisso de atingir a igualdade de gênero. Por isso, na racionalidade do RPF, a inserção das mulheres não é um objetivo final, e sim um meio para atingir os interesses do partido.

É importante frisar que em nenhum momento a intenção deste estudo foi desmentir as conquistas de direitos das mulheres ruandesas, nem os seus ganhos, muito menos a sua luta. E sim, mostrar uma relação de ganhos que também foi obtida para o RPF, que pode possivelmente esclarecer as motivações do discurso de inclusão deste, a partir das relações de poder presentes em Ruanda e a sua interação com a comunidade internacional. Porém, enquanto Kagame e o RPF tentarem calar toda a dissidência, inclusive as vozes críticas das mulheres, qualquer esperança para uma democracia saudável e uma sociedade livre é risível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Pamela; RWIRAHIRA, John. Aid Effectiveness in Rwanda: Who Benefits? Institute of Policy Analysis and Research (IPAR). Rwanda, 2012.

ADLER, Reva N.; LOYLE, Cyanne E.; GLOBERMAN, Judith. A calamity in the neighborhood: women's participation in the Rwandan genocide. *Genocide Studies and Prevention*, v. 2, n. 3, p. 209-233, 2007.

AFRICAN Elections Database. 13 out. 2011. Disponível em: <<http://africanelections.tripod.com/rw.html>> Acesso em: 9 de ago. 2019.

ALPÍZAR, Lydia et al. 2009-2010 FundHer Research update Brief 1: Trends in Bilateral and Multilateral Funding. Associação pelos Direitos da Mulher no Desenvolvimento (AWID). 2010.

AMNESTY, International. 'Democratic Republic of Congo. Rwandese-controlled East: devastating human toll'. Londres, 19 jun. 2001.

AMNESTY, International. Rwanda: Run-up to presidential elections marred by threats and harassment. Londres, 22 ago. 2003.

ANSOMS, An. Re-engineering rural society: The visions and ambitions of the Rwandan elite. *African Affairs*, v. 108, n. 431, p. 289-309, 2009.

ANSOMS, A.; MURISON, J. Formalizing the informal in Rwanda: interaction between national policy and local-level entrepreneurship. In: Unpublished paper. Presented at the Conference 'Informal economy, vulnerabilities and employment', University of Geneva. 2012. p. 9-10.

ATTIAH, Karen. Rwanda loves to boast about women's empowerment, yet keeps arresting female presidential aspirants, 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2017/10/25/paul-kagames-senseless-war-against-one-woman/?utm_term=.6f4c5b479b3e> Acesso em 12 de set. 2019.

BAZZO, Gabriela. Como o Parlamento de Ruanda se tornou o mais feminino do mundo, 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/11/11/como-o-parlamento-de-ruanda-se-tornou-o-mais-feminino-do-mundo_a_21693581/> Acesso em 10 de set. 2019.

BBC. Entenda o genocídio de Ruanda de 1994. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms> Acesso em: 9 de abr. 2019.

BERRY, Marie E. From violence to mobilization: Women, war, and threat in Rwanda. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 20, n. 2, p. 135-156, 2015.

BERRY, Marie E. War, women, and power: From violence to mobilization in Rwanda and Bosnia-Herzegovina. Cambridge University Press, 2018.

BROWN, Sara E. Female perpetrators of the Rwandan genocide. *International Feminist Journal of Politics*, v. 16, n. 3, p. 448-469, 2014.

BURNET, Jennie E. Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda, *African Affairs*, Volume 107, Issue 428, 1 July 2008, Pages 361–386: Disponível em: <<https://academic.oup.com/afraf/article/107/428/361/12456>> Acesso em: 12 de abr. 2019.

BURNET, Jennie E. Women Have Found Respect: Gender Quotas, Symbolic Representation, and Female Empowerment in Rwanda. *Politics & Gender*, 7(3), 303-334. 2011.

BURNET, Jennie E. Genocide lives in us: Women, memory, and silence in Rwanda. University of Wisconsin Press, 2012.

BUSH, Sarah Sunn. International politics and the spread of quotas for women in legislatures. *International Organization*, v. 65, n. 1, p. 103-137, 2011.

CHU, Jeff. Rwanda Rising: A New Model of Economic Development. Fast Company. 04 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.fastcompany.com/1208900/rwanda-rising-new-model-economic-development>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CLAY, Jason. The Eviction of Banyaruanda - The Story Behind the Refugee Crisis in Southwest Uganda. Cultural Survival, August 1984. Cambridge, Mass.

DAHL, Robert A. On democracy. Yale university press, 1998.

DEBUSSCHER, Petra; ANSOMS, An. Gender equality policies in Rwanda: public relations or real transformations?. *Development and Change*, v. 44, n. 5, p. 1111-1134, 2013.

DESFORGES, Alison. Leave none to tell the story: Genocide in Rwanda. Human Rights Watch. 1999.

DEVLIN, Claire; ELGIE, Robert. The Effect of Increased Women's Representation in Parliament: The Case of Rwanda. *Parliamentary Affairs* 61. 2008.

DONNO, Daniela; KREFT, Anne-Kathrin. Authoritarian Institutions and Women's Rights. *Comparative Political Studies*, v. 52, n. 5, p. 720-753, 2019.

GOETZ, Anne-Marie; HASSIM, Shireen (Ed.). No shortcuts to power: African women in politics and policy making. Zed Books, 2003.

HINTJENS, Helen M. Explaining the 1994 genocide in Rwanda. *African Affairs*, Volume 107/428, 1999, Pages 361–386. Disponível em: <https://www.fes.de/themen/menschenrechtspreis/common/pdf/Explaining_the_1994_Genocide_in_Rwanda.pdf> Acesso em: 12 de abr. 2019.

HOGG, Carey Leigh. Women's Political Representation in Post-Conflict Rwanda: A Politics of Inclusion or Exclusion?. *Journal of International Women's Studies*, v. 11, n. 3, p. 34-55, 2009.

HRW (Human Rights Watch). Eastern Congo ravaged: killing civilians and silencing protest. Nova Iorque, mai. 2000. (a)

HRW (Human Rights Watch). Rwanda: the search for security and human rights abuses. Human Rights Watch. Nova Iorque, 2000. (b) Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2000/rwanda/>> Acesso em: 20 de abr. 2019.

HRW (Human Rights Watch). **Preparing for Elections: Tightening Control in the Name of Unity**. Human Rights Watch, 2003.

HRW (Human Rights Watch). Killings in Eastern Rwanda. New York, 2007.

IGHOBOR, Kingsley. A celebratory rise in women's political participation: Number of women legislators inches upward in Africa, 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/africarenewal/magazine/april-2015/celebratory-rise-women%E2%80%99s-political-participation>> Acesso em 10 de abr. 2019.

INGLEHART, R., NORRIS, P. *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World*, Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

IPU (Inter-Parliamentary Union). Les femmes rwandaises et la campagne électorale. Kigali, 30-31 jul. 2003.

IPU (International Organization of Parliaments). *Woman in National Parliaments*. 2019. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=9&year=2019>>. Acesso em: 18 set. 2019.

JEFREMOVAS, Villia. Loose women, virtuous wives, and timid virgins: Gender and the control of resources in Rwanda. *Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines*, v. 25, n. 3, p. 378-395, 1991.

KABERUKA, Donald; RWANDA, Republic of. Rwanda Vision 2020. Ministry Of Finance And Economic Planning. Kigali, jul. 2000. Disponível em: <<https://www.sida.se/globalassets/global/countries-and-regions/africa/rwanda/d402331a.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

KAGAME, Paul. President of the Republic of Rwanda, on the occasion of International Water Day. Rebero, Bwisige, Byumba. 31 de mar. 2003. Disponível em: <<http://rwandanet.tripod.com/bwisige31march2003.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2019.

KIMENYI, Felly. Thousands brave downpour to protest Kabuye arrest. *The New Times*. Nyarugenge, Kigali, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/5743>>. Acesso em: 15 set. 2019.

KINZER, Stephen; BOEHMER, Paul. *A thousand hills: Rwanda's rebirth and the man who dreamed it*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2008

KRISTOF, Nicholas D.; WUDUNN, Sheryl. *Half the sky: Turning oppression into opportunity for women worldwide*. Vintage, 2010.

KUPERMAN, Alan J. Provoking genocide: a revised history of the Rwandan Patriotic Front. *Journal of Genocide Research*, v. 6, n. 1, p. 61-84, 2004.

LEMARCHAND, René. *The dynamics of violence in Central Africa*. University of Pennsylvania Press, 2012.

LANDESMAN, Peter. A woman's work. *New York Times Magazine*, v. 15, n. 2002, p. 82, 2002.

LONGMAN, Timothy. Rwanda: achieving equality or serving an authoritarian state? In: Bauer, Gretchen and Britton, Hannah E. (eds.). *Women in African Parliaments*. Lynne Rienner Publishers. Boulder, Colorado. 2006.

LONGMAN, Timothy. Limitations to political reform: The undemocratic nature of transition in Rwanda. In.: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (Ed.). *Remaking Rwanda: State building and human rights after mass violence*. University of Wisconsin Press, 2011.

LORENTZEN, Jenny. Norm appropriation through policy production: Rwanda's gender policies. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, v. 2, n. 5, p. 658-674, 2017.

MAGEZA-BARTHEL, Rirhandu. *Mobilizing transnational gender politics in post-genocide Rwanda*. Routledge, 2016.

MANN, Laura; BERRY, Marie. Understanding the political motivations that shape Rwanda's emergent developmental state. *New Political Economy*, v. 21, n. 1, p. 119-144, 2016.

MCG, Robert; JR, Thomas. Alphonse Nkubito Dies at 42; Ex-Rwandan Justice Minister. *The New York Times*. 21 fev. 1997. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1997/02/21/world/alphonse-nkubito-dies-at-42-ex-rwandan-justice-minister.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MCGREAL, Chris. Profile: Agathe Habyarimana, the power behind the Hutu presidency. *The Guardian*. 2 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/mar/02/rwanda-france>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MFIZI, Reverien. Why is RPF trying to silence its own 'liberation girls? *The East African*. 27 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.theeastafrican.co.ke/OpEd/comment/Why-is-RPF-trying-to-silence-its-own--liberation-girls---/-/434750/2767122/-/item/1/-/85oxb7z/-/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2019.

MIGEPROF (Ministry of Gender and Family Promotion). History. Site oficial do MIGEPROF. 08 jan. 2018. Disponível em: <<https://migeprof.gov.rw/index.php?id=187>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MINECOFIN (Ministry of Finance and Economic Planning). GRB and Aid Effectiveness. In.: *Gender Country Strategy and Annual Work Planning Consultation*. UN Women. Lemigo Hotel, Kigali, 15–17 fev. 2011.

MSF (Médicos Sem Fronteiras). **De Ruanda ao Zaire: um ciclo de extrema violência**. Site oficial do Médicos Sem Fronteiras. Publicada em: 06 de abr. 2019. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/de-ruanda-ao-zaire-um-ciclo-de-extrema-violencia>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MUSHEMEZA, Elijah Dickens. *Politics and the Refugee Experience: The Case of Banyarwanda Refugees in Uganda (1959-1994)*. Makerere University, 2002.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. *Aftermath: women in postgenocide Rwanda*. USAID Center for Development Information and Evaluation Working Paper, v. 303, 2000.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. *Women's Organizations in Postgenocide Rwanda*. *Women and civil war: Impact, organizations, and action*, p. 97, 2001.

NISR (National Institute of Statistics of Rwanda). Preliminary Poverty Update Report: Integrated Living Conditions Survey 2005-6. Republic of Rwanda. Kigali, 2006.

NISR (National Institute of Statistics of Rwanda). The Third integrated Household Living Conditions Survey (EICV3). Republic of Rwanda. Kigali, 2012.

NISR (National Institute of Statistics of Rwanda). Thematic Report: Fertility. Fourth Population and Housing Census. Republic of Rwanda. Kigali, 2014.

NOWROJEE, Binaifer. Shattered lives: sexual violence during the Rwandan genocide and its aftermath. Human Rights Watch, 1996.

OTUNNU, Ogenga. Rwandese refugees and immigrants in Uganda. In: *The Path of a Genocide*. Routledge, 1999.

PERRONS, Diane. Gender mainstreaming and gender equality in the new (market) economy: An analysis of contradictions. *Social politics: international studies in gender, state & society*, v. 12, n. 3, p. 389-411, 2005.

POWLEY, Elizabeth. Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition. 2003.

POWLEY, Elizabeth. 'Rwanda: The Impact of Women Legislators on Policy Outcomes Affecting Children and Families. 2007. Disponível em: <[http://www.capwip.org/readingroom/TopotheShelf.Newsfeeds/2007/Rwanda-%20The%20Impact%20of%20Women%20Legislators%20on%20Policy%20Incomes%20\(2007\).pdf](http://www.capwip.org/readingroom/TopotheShelf.Newsfeeds/2007/Rwanda-%20The%20Impact%20of%20Women%20Legislators%20on%20Policy%20Incomes%20(2007).pdf)> Acesso em: 10 de abr. 2019.

PRUNIER, Gérard. **The Rwanda crisis: History of a genocide**. Columbia University Press, 1998

PURDEKOVÁ, Andrea. Civic education and social transformation in post-genocide Rwanda: Forging the perfect development subjects. In: *Rwanda Fast Forward*. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 192-209.

REED, Wm Cyrus. Exile, reform, and the rise of the Rwandan patriotic front. **The Journal of Modern African Studies**, v. 34, n. 3, p. 479-501, 1996.

REYNTJENS, Filip. Rwanda, ten years on: From genocide to dictatorship. **African affairs**, v. 103, n. 411, p. 177-210, 2004.

REYNTJENS, Filip. Constructing the truth, dealing with dissent, domesticating the world: Governance in post-genocide Rwanda. *African Affairs*, v. 110, n. 438, p. 1-34, 2011.

RIGHTS, African. Rwanda: Not So Innocent: When Women Become Killers. 1995.

ROMBOUTS, Heidy. Women and reparations in Rwanda: A long path to travel. What happened to the women? *Gender and reparations for human rights violations*, p. 194-245, 2006.

RPF (Rwandan Patriotic Front). História. Site Oficial do RPF. Publicado em: 2017. Disponível em: <<https://rpfinkotanyi.rw/>> Acesso em: 10 ago. 2019.

RWANDA, Government of. National Policy Land. Ministry of Lands Environment, Forests, Water and Mines (MINITERE). Kigali, fev. 2004. Disponível em: <<https://landportal.org/library/resources/rwanda-land-lawspolicies-32/national-land-policy-rwanda>>. Acesso em: 05 set. 2019.

RWANDA, Government of. 'Economic Development and Poverty Reduction Strategy 2008–2012'. Ministry of Infrastructure (MININFRA). Kigali, 2007. Disponível em: <http://www.mininfra.gov.rw/fileadmin/_migrated/content_uploads/IEDPRS_Final_draft_11_09_07.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

RWANDA, Government of. National Gender Policy. Ministry of Gender and Family Promotion (MIGEPROF). Kigali, jul. 2010. Disponível em: <<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/94009/110188/F-1576743982/RWA-94009.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

RWANDA, Government of. Gender Monitoring Office Strategic Plan 2011–2016. Gender Monitoring Office. Kigali, 2011. Disponível em: <http://gmo.gov.rw/fileadmin/user_upload/strategic/GMO_Strategic_Plan_2011-2016.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

RWANDA, Government of the Republic of. History. Site oficial do Governo da República de Ruanda. Ruanda. 2017. Disponível em: <<http://www.gov.rw/history/>> Acesso em: 24 de jul. 2019.

SCHINDLER, Kati. Who does what in a household after genocide. Evidence from Rwanda. Discussion Paper 1072. Deutsches Institute fur Wirtschaftsforschung. Berlim, 2010.

STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (Ed.). Remaking Rwanda: State building and human rights after mass violence. Univ of Wisconsin Press, 2011.

TRIPP, Aili Mari. Women and democracy: the new political activism in Africa. Journal of democracy, v. 12, n. 3, p. 141-155, 2001.

TRIPP, A. M. Museveni's Uganda: Paradoxes of power in a hybrid regime. Boulder, MA: Lynne Rienner. 2010.

UGANDA, Government of. *Uganda*, 1962-1963. Entebbe. The Government Printer, 1964.

UNHCHR (United Nations High Commissioner for Human Rights). Historical Refugee Data. 2019. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/dataviz/>> Acesso em: 5 de ago. 2019.

UNHCHR (United Nations High Commissioner for Human Rights). 'Democratic Republic of the Congo, 1993–2003: report of the mapping exercise documenting the most serious violations of human rights and international humanitarian law committed within the territory of the Democratic Republic of the Congo between March 1993 and June 2003'. Geneva, 2010. Disponível em: <http://www.genocidewatch.org/images/DRC10_06_xx_Report_Draft_Democratic_Republic_of_the_Congo_1993-2003.pdf> Acesso em: 25 de abr. 2019.

UNDP (United Nations Development Programme). Turning Vision 2020 into Reality. Recovery to Sustainable Human Development. 2007. Disponível em: <<http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Rwanda/Rwanda%20HDR%202007.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

UNSC (United Nations Security Council). Report of the Secretary-General on the situation in Rwanda. 31 mai. 1994. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB472/pdf/uns1994640.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019

USCRI (US Committee for Refugees and Immigrants); WINTER, Roger P. Refugees in Uganda and Rwanda: The Banyarwandan Tragedy. US Committee for Refugees and Immigrants, 1983.

USDOS (United States Department of State). Rwanda: Threading a Needle. In.: INR/AA's African Trends, n. 19, p. 2-16. 18 set. 1992. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB458/docs/DOCUMENT%202.pdf>> Acesso em: 18 de ago. 2019.

USDOS (United States Department of State). RPF perspective on the peace process. Kigali, dez. 1993. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB469/docs/DOCUMENT%2034.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

USDOS (United States Department of State). Rwanda Refugee Fact Sheet. Mlange, 15 mar. 1994(a). Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB464/docs/Document%2013.pdf>> Acesso em: 18 de ago. 2019.

USDOS (United States Department of State). "SPOT Intelligence Report as of 13:00 EDT, April 7, 1994: Rwanda/Burundi: Violence Update, No. 2". Bureau of Intelligence and Research. April 7, 1994(b). Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB119/Rw4.pdf>>.

WALBY, Sylvia. Gender mainstreaming: Productive tensions in theory and practice. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 12, n. 3, p. 321-343, 2005.

WALLACE, Claire, et al. "Women in Rwandan Politics and Society." *International Journal of Sociology*, vol. 38, no. 4, 2008, pp. 111-125.

WARNER, Gregory. It's The No. 1 Country For Women In Politics — But Not In Daily Life, 2016. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2016/07/29/487360094/invisibilia-no-one-thought-this-all-womans-debate-team-could-crush-it>> Acesso em 10 de abr. 2019.

WATSON, Catherine L. Exile from Rwanda: background to an invasion. US Committee for Refugees, 1991.